

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

JOÃO VINÍCIUS OLIVEIRA MARCELINO

A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO MECANISMO EFICAZ NO
COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA

CACOAL – RO
2015

JOÃO VINÍCIUS OLIVEIRA MARCELINO

**A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO MECANISMO EFICAZ NO
COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS**

Monografia apresentada ao curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
– *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles –
Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação
da professora M.e Ozana Rodrigues Boritza.

**CACOAL - RO
2015**

Marcelino, João Vinicius Oliveira.

M314c A colaboração premiada como mecanismo eficaz no
combate às organizações criminosas/ João Vinicius Oliveira
Marcelino – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
55 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. Ma. Ozana Rodrigues Boritza.

1. Direito penal. 2. Colaboração premiada. 3.
Criminalidade. 4. Organizações criminosas. I. Boritza, Ozana
Rodrigues. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III.
Título.

CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO MECANISMO EFICAZ NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

JOÃO VINÍCIUS OLIVEIRA MARCELINO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.e Ozana Rodrigues Boritza - Presidente

Professora M.e Daeane Zulian Dorst - Membro

Professor Mestre Afonso Maria das Chagas - Membro

Conceito: _____

Cacoal, 03 de julho de 2015.

Dedico este trabalho ao meu pai, Osmar Marcelino, e à minha mãe, Maria Aparecida de Oliveira Marcelino, ao meu irmão, Victor Hugo Oliveira Marcelino, por serem as minhas fontes de inspiração e motivação em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a Deus por ter permitido esta nova etapa, não somente na vida acadêmica, mas o aprimoramento como um ser que caminha na busca do aperfeiçoamento.

Ao corpo docente desta instituição, em especial, o professor M.e Silvério, pela sabedoria em me ouvir nos momentos de indecisão e a Professora M.e Daeane, por ter sido paciente, tolerante e firme nas correções.

À minha Orientadora Professora M.e Ozana Rodrigues Boritza, pelo exemplo de desprendimento na vida acadêmica, modelo a ser seguido por todos.

Agradeço ao corpo funcional desta instituição, que proporcionara o acesso ao conhecimento adquirido nos últimos anos, lembrando do professor Sebastião José de Souza, que na sua simplicidade e sabedoria me deu belos exemplos de vida e com certeza onde estiver, continuará a inspirar as novas gerações.

Aos meus pais, por sempre acreditarem nas minhas capacidades e por incentivarem a busca pelo conhecimento, dando-me sempre oportunidades, carinho e amor como suporte de grande valia, pelos quais sou eternamente grato.

Aos amigos que adquiri durante o curso e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por escopo estudar a aplicação do instituto da Colaboração Premiada, como instrumento eficaz no combate às Organizações Criminosas. O método utilizado na pesquisa foi o Dedutivo e a técnica adotada, a Pesquisa Bibliográfica, decorrente de estudos anteriormente realizados, com a finalidade de buscar por meio do conhecimento da lei e da doutrina, informando as devidas referências. A análise do Instituto da Colaboração Premiada no sentido de combater às Organizações Criminosas tornou-se uma questão nacional, tendo em vista o crescente aumento dos crimes cometidos por essas organizações e a dificuldade do Estado em apurar e punir seus membros, principalmente os de hierarquia superior. É importante ressaltar que o instituto a ser estudado é novo no ordenamento jurídico brasileiro, porém já vem ganhando adesão e críticas de especialistas sobre a sua aplicação ao caso concreto. De forma geral, buscou-se a definição de organização criminosa, sua origem, suas principais características, suas consequências para a sociedade e a sua relação com a globalização. Também foi dada ênfase a algumas das maiores Organizações Criminosas mundialmente conhecidas e as que atuam no território nacional, fazendo uma análise da evolução, quanto as leis que regulamentam a matéria. O funcionamento do Instituto da Colaboração Premiada, tratando de sua origem, definição e correlação com a denominação “Delação Premiada”, não deixando de abordar o ponto de vista crítico de parte da doutrina, que o considera como “Extorsão Premiada”. Versa também, sobre o funcionamento da colaboração premiada na atual lei de Organizações Criminosas e a lei 9.807/99, que confere proteção aos réus colaboradores e finalmente da eficácia da Colaboração Premiada como instrumento de combate às Organizações Criminosas, que vem trazendo resultados positivos quanto ao controle e acompanhamento da criminalidade organizada, gerando a população em geral a diminuição da sensação de impunidade dos criminosos atuantes no país, mesmo sabendo que este enfoque é relativo.

PALAVRAS-CHAVES: Organizações Criminosas, Colaboração Premiada, Criminalidade.

ABSTRACT

The present conclusion course job has the scope of to study the application of the Awarded Collaboration Institute as effective instrument to battle the Criminal Organizations. The method used on the search will be the Deductive and the technique adopted, the Bibliographic Search, derivative of previously performed studies, with the finality of looking for through knowledge of the law and doctrine, by informing the proper references. The analyze of Awarded Collaboration Institute in the sense of to combat the Criminal Organizations became one national level issue, considering the crescent increase of crimes that these organizations commit and the difficult of State in to punish their members, mainly the higher hierarchy. It is important to bound that the institute to be studied is new in the brazilian legal order, however it comes gaining membership and criticism of jurists about the concrete case application. In general, it was sought the criminal organization definition, its origin, its main characteristics, the consequences for the society and the relation with the globalization. Even it was emphasized some of the biggest internationally recognized Criminal Organizations and the ones that act in the national territory, analyzing the evolution of the laws that regulate the matter. The operation of the Awarded Collaboration Institute, dealing with its origin, definition and correlation with the denomination "Awarded Delation", not forgetting of to approach the critical point of view of the doctrine that considers as "Awarded Extortion". It also speaks about the Awarded Collaboration operation in the Criminal Organizations current law and the law 9.807/99, that provides protection for the collaborators defendants and finally the efficiency of Awarded Collaboration as combat tool of criminal organizations, that is giving positive results as the reduction of organized crime, thus reducing considerably the feeling of impunity of criminals operating in the country, even knowing that the focus is relative.

KEYWORDS: Criminal Organizations, Awarded Collaboration, Criminality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CRIME ORGANIZADO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.2 DEFINIÇÃO	11
1.3 ORIGEM	13
1.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CRIME ORGANIZADO	14
1.5 O CRIME ORGANIZADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	18
1.6 O CRIME ORGANIZADO E A GLOBALIZAÇÃO	19
2 DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA	19
2.1 ORGANIZAÇÃO CRIMINOSAS NO MUNDO	19
2.1.1 Camorra: A Máfia de Nápoles	19
2.1.2 A Tríade: Máfia Chinesa	20
2.1.3 Yakuza: A Máfia japonesa	21
2.1.4 Cosa Nostra: Máfia Americana	22
2.2 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL	23
2.2.1 Comando Vermelho	23
2.2.2 Primeiro Comando da Capital (PCC)	25
2.3 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA	28
3 DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	34
3.1 ORIGEM	34
3.2 DEFINIÇÃO	35
3.3 CORRELAÇÃO ENTRE A COLABORAÇÃO PREMIADA E A DELAÇÃO PREMIADA	37
3.4 COLABORAÇÃO PREMIADA OU EXTORSÃO PREMIADA	38
3.5 O FUNCIONAMENTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI 12.850/2013 ..	40
3.6 A LEI Nº 9.807/99 QUE TRATA DA PROTEÇÃO AOS RÉUS COLABORADORES	44
3.7 A EFICÁCIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

OBRAS CONSULTADAS56

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo tem por escopo demonstrar a aplicabilidade do instituto da Colaboração Premiada como ferramenta fundamental para o combate às Organizações Criminosas.

O interesse pelo tema abordado deu-se em virtude de sua utilidade no cenário nacional, tendo em vista o ocorrido em agosto de 2014, onde a maior estatal brasileira, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), teve bilhões desviados por uma organização criminosa que envolveu agentes públicos, agentes políticos, doleiros e uma infinidade de gestores da Petrobrás e suas subsidiárias. Dentre os envolvidos 15 (quinze) deles decidiram aceitar o acordo de colaboração premiada, fornecendo informações, tendentes a auxiliar nas investigações, em troca de benefícios processuais, alguns destes benefícios já antecipados no momento do acordo, é o caso das prisões domiciliares de alguns dos integrantes que na verdade deveriam estar em regime fechado, outros benefícios a serem delimitados por ocasião da dosimetria, facilitando a identificação e participação individualizada de mais de 50 (cinquenta) integrantes, dentre algumas das mais altas autoridades do país.

O objetivo do trabalho é analisar a Colaboração Premiada como um mecanismo de combate as organizações criminosas, demonstrando suas vantagens, relatando o que alguns doutrinadores entendem a respeito do tema, e relacionando a evolução do crime organizado com a evolução legislativa, mostrando as inovações da atual lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), com enfoque na colaboração premiada, abordando também alguns tipos de organizações criminosas que atuam dentro e fora do país.

O método eleito para o desenvolvimento do estudo foi o Método Dedutivo, método este que acredita que a conclusão está implícita nas premissas conforme

apresenta Prodanov e De Freitas (2013, p. 27), “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica”. Quanto a técnica realizada será a da pesquisa bibliográfica, decorrente de pesquisas realizadas.

Visando expor um trabalho claro e de melhor compreensão, dividido em três capítulos. O primeiro, cuidou da definição de crime organizado, da origem desta forma de criminalidade, bem como a suas consequências na sociedade em que atua e os fenômenos da globalização, que influenciaram as práticas criminosas.

No segundo, serão expostas a estrutura de algumas organizações que atuam no Brasil e em outros países, a evolução legislativa que trata das organizações criminosas, do surgimento das leis 9.034/95 e 12.694/12, com a missão de normatizar instrumentos legais e de combate, até o surgimento da atual lei que trata desta modalidade criminosa, (lei 12.850/13).

No terceiro e último, será exposto o instituto da Colaboração Premiada propriamente dita, colocando a sua origem, definição e a diferenciação entre a colaboração e a delação premiada. Por conseguinte, será tratada a colaboração premiada e a visão crítica que alguns doutrinadores têm ao instituto, chamando-o de extorsão premiada.

No mesmo capítulo será abordado o funcionamento do instituto, como também de acordo com a lei nº 9.807/99, que trata das proteções aos colaboradores. E finalizando o trabalho com a ideia do título, expondo a eficácia da colaboração premiada no combate as organizações criminosas.

Assim, o estudo tem o objetivo de verificar se a colaboração premiada, consiste em meio eficaz de obtenção de provas e mecanismo de combate as organizações criminosas, garantindo a efetividade da justiça.

1 CRIME ORGANIZADO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estado brasileiro, assim como a maioria dos países, enfrenta o desafio ao combate a esta modalidade criminosa. O legislador representando toda a sociedade, percebendo as organizações criminosas influenciarem negativamente no bem estar social, na segurança e na paz pública, foi forçado a desenvolver mecanismos próprios de controle, como a Lei 12.850/13, que trata do tipo penal mais rentável economicamente no mundo.

Ao pesquisar sobre organizações criminosas, observa-se que as 10 (dez) principais máfias do mundo, enraizadas em 23 (vinte e três) países, entre eles o Brasil, movimentam por ano US\$ 1,5 Trilhão, ou duas vezes a riqueza produzida no Brasil em um ano. Com esta rentabilidade e lucratividade, é que o crime organizado tem se tornado a 8ª (oitava) economia do planeta (PACHECO, 2011).

Sendo atividade com alta rentabilidade e constante busca pelo poder, Pacheco (2011), comenta que as modalidades de práticas são extensas: Armas; obras de arte; animais em extinção, drogas proibidas, tecnologia nuclear, minérios, todo tipo de produto falsificado e inúmeros outros. Como consequência natural do engrandecimento das atividades ilícitas, ocorre o perecimento da sociedade e destruição da riqueza nacional.

Dentre as formas de práticas de ilícito das organizações criminosas, a que lidera o *ranking* de mais praticada é o tráfico de drogas, que é considerada a mais clássica expressão de crime organizado. No entanto, os conhecidos como crimes de colarinho branco, vem tomando espaço nas formas de expressão do crime organizado, mas por ser praticado em regra sem o recurso de violência, não é tão visível aos olhos da opinião pública e tolerado por vários seguimentos.

1.2 DEFINIÇÃO

No cenário mundial, as organizações criminosas tiveram sua delimitação legal no ano de 2000, quando ocorreu a Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, realizada em Palermo, na Itália, sendo, mais tarde,

introduzida no Brasil por meio de simples decreto, (CUNHA E PINTO, 2014, p. 13).

Nesta Convenção foi definido o conceito de organização criminosa, no art. 2º, ficando estabelecido como “grupo estruturado de três ou mais pessoas, existentes há algum tempo e atuando concertadamente com o fim de cometer infrações graves, com a intenção de obter benefício econômico e moral”.

Posteriormente, este conceito foi reconhecido pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.015/2004, de março de 2004, que dispõe:

Para efeitos da presente Convenção, entende-se por: a) Grupo criminoso organizado grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material. (BRASIL, 2004).

Atualmente, as organizações criminosas são conceituadas pela Lei 12.850/13, lei que surgiu com o objetivo de não só conceituar a modalidade criminosa, como também dispor sobre investigação criminal, meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Com isso foi introduzido um novo conceito de Organização Criminosa nos seguintes termos:

Art. 1º, § 1º: Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013).

Percebe-se que a estrutura criminosa agora é definida com a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas, que não praticam só crimes, como também praticam outras infrações penais cujas as penas máximas seja superior a 4 (quatro) anos ou de caráter transnacional.

Por muito tempo, o legislador optou pelo conceito que abrangia só “crimes”, porém, esse conceito deixava de fora as Contravenções Penais. Assim, os grupos que operam o “jogo do bicho” não poderiam ser considerados Organização Criminosa. Com a alteração do conceito de Organização Criminosa, trazida pela Lei nº 12.850/13, a palavra Infração Penal deu mais abrangência ao conceito e combate a esta modalidade criminosa.

1.3 ORIGEM

Estudar um tema tão amplo e interessante, não faz sentido se não falar dos primórdios das organizações criminosas, sendo que algumas delas, com rótulo de criminosa, tiveram seu nascedouro em movimentos populares, que facilitou sobremaneira sua aceitação na sociedade, tendo como fator motivador os abusos praticados pelo Estado em relação a pessoas menos favorecidas, citando como exemplo a tão conhecida Máfia, que teve início como movimento de resistência contra o Rei de Nápoles (TENÓRIO E LOPES, 1995, p. 22).

De Lima (2014, p. 473), comenta que o crime organizado vem de um estado ausente. Ao analisar as trajetórias das civilizações, observa-se que as organizações de pessoas só prosperaram graças a uma pessoa, em caráter individual dentro dela, que exercia um poder de decisão sobre os outros membros.

O interessante é quando um indivíduo passa a fazer parte deste grupo, ele não mais pensa e age individualmente, e sim em grupo. Essa ideia de agir conforme o grupo não é somente das organizações criminosas, como também são de grupos lícitos sedimentados em qualquer sociedade, tendo como exemplo alguns seguimentos religiosos e filantrópicos que, assim como as organizações, existirão enquanto houver existência de um chefe supremo. Seguindo esse pensamento, Anjos (2002, p. 60), acrescenta:

Neste sentido, concebe-se o nascimento do grupo a partir de um ato de amor espontâneo por parte do personagem central, que exerce o poder de persuasão sobre os outros membros, pelo uso das palavras; da força; da submissão, da identificação e da imitação dentre outros fatores que dão surgimento à origem do grupo organizado, pois o grupo surge a partir daquele que exerce a liderança e reúne, então, indivíduos semelhantes. Na mesma linha de raciocínio encontram-se as origens do poder, que podem ser atribuídas às organizações através da submissão, quando acentua que, na via da estruturação subjetiva das relações sociais, o poder tende a encarnar-se entre os homens que se identificam entre si, e essas relações são reproduzidas pela regra da ambivalência, isto é, do amor e ódio.

Deste apontamento, observa-se que as práticas de crimes no sentido organizado são tão antigas quanto a própria história das nações, pois como Pacheco (2007, p. 58), comenta em sua obra que “o crime é fator que compõe a convivência social desde os mais distantes tempos”.

Quanto a Organização Criminosa mais antiga, De Lima (2014, p. 473) comenta

em sua obra que a Máfia Italiana é a mais famosa de todas, e acrescenta que sua estrutura era comparada a uma família, inicialmente a sua atividade era restrita ao contrabando e à extorsão, então, passaram a atuar com o tráfico de drogas e a consequente lavagem de capitais. Posteriormente, a Máfia passou a atuar na política, comprando votos e financiando campanhas eleitorais.

A Máfia foi disseminada em diversas outras, ganhando fama as conhecidas como “*Cosa Nostra*”, de origem siciliana; a *N’drangheta*, de Cabrália; e a “*Camorra*”, de origem napolitana, esta última a maior organização criminosa da Europa.

No Japão, a organização criminosa conhecida como Yakuza, tem formação exclusivamente masculina por entenderem que as mulheres não têm a mesma capacidade e força que os homens para lutar, (DE LIMA, 2014, p. 473).

No Brasil, o mesmo autor (2014, p. 473), afirma que a doutrina tradicional aponta o cangaço como primeira manifestação de crime organizado no Brasil, onde existia um líder chamado Virgulino Ferreira da Silva, vulgarmente conhecido como “Lampião”, que com o seu bando assaltavam os comerciantes dos povoados e fugiam para o sertão.

Já os autores Tenório e Lopes (1995, p. 26), acreditam que o crime organizado no Brasil tem sua origem no Jogo do Bicho, que é uma espécie de loteria criada em 1892 pelo Barão João Batista Viana Drummond, fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, que com o passar dos anos, tornou-se um jogo de azar proibido, sendo sua prática considerada criminosa em 1946. Na década de 80, os lucros dos jogos começaram a ser usados para financiar o tráfico de drogas e armas, prostituição e outras atividades ilícitas (REIS, 2013, s.p.).

1.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CRIME ORGANIZADO

Ao definir as características das organizações criminosas, Capez (2010, p.237-238) descreve as seguintes características e ainda comenta:

- a) Previsão de acumulação de riqueza indevida: não é necessário que a riqueza seja efetivamente reunida: basta a previsão de seu acúmulo, o intuito de lucro ilícito ou indevido.
- b) Hierarquia estrutural: a organização consiste sempre em uma ordem hierarquizada, i.e., em um poder disposto de modo vertical, dentro do qual ocorre um estreitamento cada vez maior, até se chegar ao comando central (forma piramidal). É comum, nessas organizações, que os agentes das mais baixas posições desconheçam quem são os superiores de seu

chefe imediato, o que torna mais difícil a identificação dos líderes.

c) Planejamento de tipo empresarial: a organização deve ter forma de recrutamento e pagamento de pessoal, programação de fluxo de caixa e estrutura contábil bem parecida com a de uma empresa legal. Aparentemente, funciona como uma empresa lícita e possui quase todas as características desta, dificultando a investigação.

d) Uso de meios tecnológicos sofisticados: as organizações possuem meios de telecomunicação, comunicação por satélite, gravadores capazes de captar sons a longa distância e uma série de outros recursos avançados que nem mesmo o Estado detém.

e) Divisão funcional de atividades: há uma especialização das atividades, nos moldes de organizações paramilitares. Os integrantes são recrutados, treinados e incumbidos de funções específicas, como se fossem soldados.

f) Conexão estrutural com o Poder Público: agentes do Poder Público passam a fazer parte da organização ou por ela são corrompidos, tornando-se complacentes com suas atividades. É comum tais organizações contribuírem maciçamente em campanhas eleitorais, criando fortes vínculos de mútua dependência com líderes governamentais. Cria-se, assim, uma barreira na qual o Estado não consegue penetrar.

g) A ampla oferta de prestações sociais: trata-se do chamado fenômeno do 'clientelismo'. A negligência do Estado e das elites proporciona o surgimento de uma imensa camada de miseráveis, vivendo abaixo da condição da pobreza. Pessoas sem esperança e sem perspectivas que, por assim serem, nada têm a perder e tudo a ganhar. Aproveitando-se dessa situação de miséria humana, as organizações criminosas passam a atuar como prestadoras de serviços sociais, em substituição do estado ausente. Surge um 'Estado' dentro do Estado, o que permite a essas organizações obter legitimação popular e camuflar-se no meio da imensa multidão sem rosto.

h) Divisão territorial das atividades ilícitas: as organizações passam a atuar em territórios limitados, que são as suas áreas de influência. Essa divisão do espaço, às vezes, ocorre pelo confronto; às vezes, pelo acordo.

i) Alto poder de intimidação: as organizações conseguem intimidar até mesmo os poderes constituídos. Infundem medo e silêncio em toda a sociedade e, com isso, garantem a certeza da impunidade.

j) Real capacidade para a fraude difusa: aptidão para lesar o patrimônio público ou coletivo por meios fraudulentos, dificilmente perceptíveis (prática de crimes do colarinho branco ou criminalidade dourada).

l) Conexão local, regional, nacional ou internacional com outras organizações: em geral, as organizações estão interligadas, constituindo um poder invisível, quase indestrutível.

De uma forma geral, ao especificar as características do crime organizado, percebe-se a dificuldade em identificar as peculiaridades de cada organização, dentre elas o seu *modus operandi* e a sua capacidade de flexibilização aos tipos de crimes por eles praticados.

As organizações criminosas, têm uma tendência em não prosperarem apenas em um determinado crime, pois, há estas diversificação das atividades, até mesmo prosperando em atividades que aos olhos de pessoas de médio discernimento, parecem ser lícitas. Pellegrini e Costa Jr (1999, p. 47) colocam como exemplo a conhecida Máfia Italiana Camorra, que lucram reciclando lixo. Conforme explica o

autor, Máfia Camorra é uma organização criminosa que surgiu em um núcleo urbano italiano, conhecido como Campania. Desenvolveu durante o reino dos Bourbons em Nápoles, porém, tomou aspecto criminoso no final da década de 60. Pelo que se tem estudado, atualmente a Camorra é uma organização flexível composta de vários núcleos de atuação, aberta a receber mais clãs.

Horta (2009, s.p), comenta em um artigo publicado na página da revista Super Interessante, da editora Abril, que “o crime organizado foi além do submundo e se infiltrou na economia legal”. Acrescenta ainda, que a máfia vem cada vez mais lucrando com os serviços, removendo lixo tóxicos de indústrias, e faz o seguinte comentário, (HORTA, 2009, s.p.):

O Triângulo da Morte está a poucos quilômetros de Nápoles. Lá, meninas mens-truam aos 7 anos, ovelhas nascem com olhos abaixo da boca e as taxas de câncer são as mais altas da Itália. Graças à indústria do lixo industrial dominada pela Camorra. Em 1988, a máfia forçou pela primeira vez caminhoneiros que transportavam lixo tóxico a Nápoles a pagar por proteção. Bom lucro, mas logo a Camorra sacou que ganharia muito mais controlando esse setor que o extorquindo. Então abriu empresas de lixo. Enquanto uma de verdade cobrava US\$ 1 para coletar cada quilo de tóxicos, a máfia, mascarada com nomes como Ecoverde, cobraria apenas US\$ 0,10. Ela só não precisaria informar que o caminhão ficaria numa usina de tratamento apenas pelo tempo suficiente para falsificar documentos. E logo despejaria o lixo como não-tóxico em aterros sanitários – ou no mar, rios e campos próximos a plantações e pastos. Bom para a indústria, bom para a máfia – mas péssimo para quem come a *mussarela* de búfala. Depois de pastarem em áreas contaminadas com dioxina, búfalas produzem leite tóxico. O consumo de queijo caiu 40% na Itália e países como Japão e Coreia do Sul barraram sua importação. A máfia trouxe tanto lixo do resto da Europa que, no Natal de 2007, Nápoles declarou seus aterros sanitários cheios. Cem toneladas dos restos das ceias de Natal e do Ano-Novo viraram por semanas banquete fétido para ratos e insetos nas ruas da cidade.

Outra máfia do sul da Itália, a *'Ndrangheta*, foi acusada em 2007 de traficar lixo nuclear de Itália, Suíça, França, Alemanha e EUA nos anos 80 e 90. Por amor a sua terra, os mafiosos teriam preferido enviar o lixo para a Somália a enterrar na Calábria. Segundo o Programa Ambiental da ONU, são inúmeros os carregamentos de lixo tóxico e nuclear que as praias da Somália recebem. E os barris enferrujados expõem o povo à radiação.

Percebe-se que as Organizações Criminosas, usam mecanismos visando disfarçar o intuito criminoso, como é o caso do texto citado, onde a máfia domina o serviço público, oferecendo prestação de serviço de baixo custo financeiro, desprezando regras profiláticas, gerando custo social elevado, causando desastres ambientais e consequente prejuízos às finanças públicas, que certamente terão que suportar os custos sociais e econômicos de suas práticas. Horta (2009, s.p), relata a tática utilizada pela Organização Criminosa conhecida por *Yakuza*, que diversifica

suas atividades, infiltrando membros na bolsa de valores com o objetivo de obter informações privilegiadas para investirem:

A recessão japonesa da década de 1990 pareceu um golpe para a *Yakuza*, principalmente com a redução dos contratos de obras públicas que alimentavam empresas aliadas à máfia. Leis mais duras também ajudaram. E, de 180 mil gângsteres 40 anos atrás, o Japão tem hoje 85 mil. Só que os mais criativos e brutais sobreviveram e se fortaleceram. A solução foi diversificar suas atividades. Os homens dos dedos decepados e corpo coberto por tatuagens entraram na Bolsa de Valores. A operação: conseguir informações privilegiadas à força para saber onde aplicar. Hoje, sua infiltração é tamanha que a bolsa de Tóquio dá palestras à polícia sobre como lidar com crimes de colarinho-branco da *Yakuza*.

Baseando-se nesta visão de organizações criminosas, onde se tem estas encrustadas nos diversos seguimentos da sociedade, não se promovendo somente nos ramos propriamente ilícitos, faz-se necessário demonstrar as características marcantes das organizações criminosas. A primeira é a acumulação de poder econômico pelos líderes e integrantes das organizações criminosas, pois como foi discutido, as organizações estão cada vez diversificando suas atividades no intuito de lucro, e ainda dão origem a lavagem de capitais com o objetivo de “legalizar” o lucro obtido de forma ilícita.

Observa-se que as organizações estão cada vez mais estruturadas, verifica-se os estatutos criados por estas com o objetivo de manter a ordem na criminalidade organizada. Esta característica já foi apontada nas organizações criminosas, porém, não se faz necessário buscar exemplos de organizações distante da realidade nacional, quando se tem no país uma organização que atua em todo território, e ainda realiza atividades, tais como o roubo a bancos, extorsão mediante sequestro, tráfico de armas e drogas. O primeiro comando da capital, organização criminosa criada no Estado de São Paulo, atua em diversos estados brasileiros, e é regido de acordo com o seu estatuto.

As organizações criminosas possuem uma hierarquia entre seus membros, onde se tem um chefe, que é o hierárquico supremo, o qual ordena aos demais membros em suas atividades, e os soldados, que são os membros que estão em hierarquia inferior, sendo os que fazem o trabalho mais ousado, melhor dizendo “arriscado” executando pessoas, praticando roubos de cargas e a bancos. Geralmente apenas estes são presos, podendo concluir que os integrantes ou cumprem o código ético e moral da organização, não entregando os demais membros,

ou conforme explica Capez (2010, p.237-238), nas organizações criminosas os agentes das mais baixas posições não conhecem quem são os superiores de seu chefe imediato, o que torna difícil a identificação dos líderes.

Cumprе ressaltar que as organizações criminosas possuem características mutantes, pois se utilizam de empresas de fachada ou de terceiros como forma de impedir a sua visualização pelos órgãos de controle.

A corrupção observasse que faz parte da sociedade e surge das relações cotidianas e envolve valores cultivados pelos grupos sociais e sempre existiu, mas apresenta-se como mais perniciosa, quando há a identificação e confluência entre o interesses privado e público não legítimos, sendo observado aumento exponencial da participação de agentes públicos. Embora seja essa a sensação, na medida em que se tem acompanhado nos programas jornalísticos, citando como exemplo o grande esquema de corrupção desvendado em agosto de 2014. O que de fato se vê é uma maior participação popular das organizações não governamentais e aparelhamento dos órgãos de controle, algo que de fato se observa é o crescimento de uma imprensa livre, embora ainda não seja o ideal, começa a dar os primeiros passos no sentido de compreender a extensão da expressão “cidadania”.

1.5 O CRIME ORGANIZADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

As organizações Criminosas causam consequências em todos os seguimentos da sociedade, desde o tráfico de drogas e de armas que a cada dia levam mais jovens ao submundo criminoso, até os crimes de contrabando e descaminho, responsáveis pela entrada e saída de mercadorias proibidas ou sem nenhuma arrecadação tributária.

Em relação às atividades de contrabando e descaminho, Tenório e Lopes (1995, p. 22), comentam:

O crime organizado é o maior problema de segurança pública do Brasil. Pela dilapidação de nossas riquezas e de nosso trabalho, em atividades criminosas de contrabando e descaminho, entre outras, responde por saída de mercadoria e produtos agrícolas sem qualquer registro ou pagamento de tributos. Ainda por exportação de minério, madeiras e produtos tropicais.

Posto que as organizações criminosas atuam em diferentes ramos, gerando

perdas incontáveis de vidas, alimentando este ciclo viciosos, manifestado no continuado recrutamento de seus soldados, numa guerra incessante que o poder estatal não reconhece, embora sofra as consequências com alto custo social e econômica à nação.

O crime organizado sempre esteve presente nos seguimentos públicos, mas sua visibilidade vem crescendo no seio da administração pública brasileira, manifestando nas concorrências fraudulentas, obras superfaturadas, manipulação do orçamento público, etc. Exemplo, o caso Sudam (1998/1999), que dos 143 (cento e quarenta e três) réus, apenas o senador Jader Barbalho foi condenado e ainda recorre da sentença. Este senador da época, hoje Deputado Federal, é acusado de ser um dos chefes do esquema, tendo renunciado ao mandato de senador, mas sendo reeleito em 2011 (CORRUPTECA, s.a., s.p.).

1.6 O CRIME ORGANIZADO E A GLOBALIZAÇÃO

A globalização é um fenômeno que beneficiou não só o mercado, mas também as organizações criminosas. Como característica fundamental, do ponto de vista político oferece mãos livres ao capital para que busque reconstruir sua capacidade de valorização sufocada pelos Estados Nacionais. Percebe-se que as redes formadas com poderosas organizações criminosas e seus associados, como atividades criminosas compartilhadas em todo o planeta, prejudica a economia, a política, a segurança e a sociedade em geral, tanto em âmbito nacional e internacional.

Tenório e Lopes (1995, p. 22), comentam um exemplo de globalização nas organizações criminosas, que é o caso da Máfia, que é uma associação de delinquentes nascida na Sicília e que, transplantada, veio a florescer nos Estados Unidos, e ainda cita Al Capone como o nome deste fenômeno, que não ocorreu somente na Máfia italiana, podendo este ser observado atualmente nas facções criminosas brasileiras como, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, que juntamente com o cartel mexicano *Los Zetas* operam na Bolívia por meio de clãs de traficantes locais, (TERRA, 2010, s.p.).

2 DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA

2.1 ORGANIZAÇÃO CRIMINOSAS NO MUNDO

Nos últimos anos, tem se observado a expansão da criminalidade transnacional. Embora as opiniões corrente retratam que a atividade de *gangsters*, seja vista como lendária, desde a Idade Média até os dias atuais, continua operando em muitos países especialmente, Itália e EUA, Japão, Rússia e América Latina. Acrescentam que teleologicamente, geralmente têm aspectos históricos de defesa dos desvalidos, mas objetivamente é multinacional do crime organizado.

A seguir, serão estudadas algumas organizações criminosas conhecidas mundialmente e perceberemos que essas Máfias constituem um fenômeno relevante não só nas áreas de origem como em cada continente, com suas especificidades.

2.1.1 Camorra: A Máfia de Nápoles

Criada em Nápoles, na Itália, a Máfia Camorra é a maior organização criminosa da Europa. O grupo surgiu em meados do século 19, em território urbano, quando Nápoles pertencia ao Reino das Duas Sicílias, dos Bourbons. Na sua origem era interpretada como fenômeno criminoso substancialmente individualista, apenas assumindo sua vocação de criminalidade organizada na década de 60, pois, havia necessidade de se servir de uma estrutura eficiente para gerir o contrabando de tabaco, que àquela época requeria o emprego de uma multiplicidade de pessoas e meios.

A origem de sua denominação vem da junção de capo (chefe) e morra (jogo de rua tradicional de Nápoles). Acrescentando-se ainda, que esta organização sempre foi integrada ao tecido social, sobretudo junto às camadas mais pobres, estratégia para angariar prestígio, respeito e legitimidade, conta com 6.000 ou 7.000 adeptos, distribuídos em 100 clãs, em condições de atuar em qualquer atividade geradora de lucros. As atividades estão entre, licitações clandestinas às obras públicas, enterro de lixo e de produtos tóxicos, demonstrando, estarem adaptadas as novas possibilidades

ofertadas pelo mercado, gerando possibilidades de manutenção do grupo em constante evolução.

Aponta Jozino (2009, s.p.), que a organização criminosa Camorra ensinou o Primeiro Comando da Capital (PCC), a se estruturar, durante o período em que os irmãos Bruno e Renato Torsi, membros da Máfia, estiveram presos em São Paulo na década de 90. Durante o período que passaram na prisão de Taubaté, os irmãos mafiosos tiveram um forte laço de amizade com Mizael Aparecido da Silva, o Miza, um dos oito fundadores do PCC. Ainda relata que, mesmo depois de serem extraditados, os irmãos Torsi ainda enviaram cartas e cartões postais a Mizael, e os chamavam de “irmão”, da mesma forma que se tratam hoje os integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

2.1.2 A Tríade: Máfia Chinesa

A Tríade é como são conhecidas as Máfias Chinesas transnacionais. Pellegrini e Costa Jr (1999, p. 63) colocam como origem que a palavra “tríade” exprime os três lados de um símbolo. Ainda em uso, o símbolo tem origem no movimento chamado Huang Mun, e indica as três forças primárias do universo – Céu, terra e homem.

Atuam no território chinês realizando as mais diversas atividades ilegais, como o tráfico de drogas e de armas, prostituição, extorsão fraude e pirataria. Nesse mesmo diapasão, financiam atividade ilícitas, ligadas à migração clandestina dos cidadãos chineses na Europa e na América. Há estudos de ordem demográfica ligados a instituições humanitárias de natureza internacional, apontando que a taxa de mortalidade em algumas colônias chinesas é quase inexistente, apontando fortes indícios de que haja ocultação de cadáveres para a utilização de seus documentos de identidade por outros compatriotas clandestinos, mediante possível remuneração.

Sobre o aspecto criminológico, Pellegrini e Costa Jr (1999, p. 67), lecionam:

Sob o aspecto criminológico, as organizações operam predominantemente em prejuízo dos compatriotas, sobretudo perpetrando extorsões e sequestros relâmpagos de pessoas, os quais nos últimos anos cresceram, ainda que na maioria dos casos não venham a ser denunciados porque as vítimas não se acham liberadas da intimidação criminal.

A Tríades é uma das poucas organizações criminosas que, pelas características do seu ordenamento interno e pela sua capacidade de

condicionamento social, cultural, político e econômico, podem ser tecnicamente definidas como mafiosa nos territórios por ela controlados, além de demonstrar sua força no campo internacional.

Quanto aos crimes cometidos por esta organização, muitos foram esclarecidos em face do despreparo dos delinquentes chineses, que confiam exclusivamente em seu poder de sujeição psicológica.

2.1.3 Yakuza: A Máfia japonesa

A Máfia *Yakuza*, é a maior e mais conhecida Máfia Japonesa, também a mais antiga, havendo relatos de sua existência na Idade Média. Conforme explicam Pellegrini e Costa Jr (1999, p. 68), a palavra Yakuza tem sua origem, na sequência de três números: 8, 9, 3, que se pronunciam Ya-Ku-Za. Estes números constituem os mais baixos dos perdedores num jogo de cartas denominado *Hanafuda*. Como origem, descende dos jogadores de azar e vendedores ambulantes que frequentavam as casas de jogos. Em tempos recentes, pensava-se que a organização criminosa *Yakuza* desempenhava uma função positiva, qual fosse desempenhar a criminalidade em bandos disciplinadíssimos, de modo a evitar ou reduzir ao mínimo a o que se denomina microcriminalidade de rua.

Além do estrito caráter étnico, a organização preservada apenas aos japoneses, a obediência dos filiados com o chefe da organização é absoluta, e quem comete um erro pode, por vezes, remediá-lo se autopunindo com o talho da falange do dedo mínimo, oferecendo ao chefe envolvida em um lenço, sinal este que mostra arrependimento e submissão dos mais absolutos. A falta da falange e as tatuagens de samurais, serpentes e dragões sobre o corpo, representam sinais inconfundíveis da referida organização.

As atividades ilícitas realizada pela *Yakuza* são as mais diversificadas, mas conforme Pellegrini e Costa (1999, p. 69), esta organização opera no tráfico de drogas, na exploração da prostituição, no comércio de material pornográfico, nos jogos de azar e outras atividades ilícitas:

Controlam setores da construção, da especulação imobiliária e financeira, do esporte, do divertimento. Açam-se em condições de interferir em muitas empresas, seja como extorsão, seja com a condução de greve e protesto. Atingem um volume de negócios que supera dez bilhões de dólares.

Com relação as atividades atualmente exercidas pela Máfia Yakuza, após a recessão japonesa da década de 90, só sobreviveram os gângsteres mais criativos e brutais, pois, diversificaram suas atividades e infiltraram homens com os dedos decepados e corpo coberto por tatuagens na Bolsa de Valores, tendo estes o objetivo de obter informações privilegiadas à força para saber onde aplicar (HORTA, 2009).

2.1.4 Cosa Nostra: Máfia Americana

A Máfia Cosa Nostra Americana é a organização criminosa que apresenta a mesma estrutura da família mafiosa siciliana, dispõe de 25 famílias, com um total de 1.300 agregados, que por sua vez, dispõem de dez dependentes cada um para desempenhar atividades ilícitas, além de três mil outros, ditos soldados. As famílias acham-se ligadas entre elas, por vínculos de parentesco ou criminais, pois há coligações estáveis com outras organizações, muitas vezes integradas por imigrantes políticos russos ou euro-asiáticos, mantendo sempre a ligação histórica com a criminalidade organizada italiana, particularmente siciliana. Pellegrini e Costa Jr (1999, p. 75), comentam a respeito da sua estrutura e local de atuação:

A família americana apresenta a mesma estrutura da família mafiosa siciliana: um *boss*, o vice, o grupo dos conselheiros, os chefes, o exército. Cada homem de honra dispõe de um grupo de associados, não filiados, não iniciados à maneira siciliana, mas que desempenham um papel específico na organização. Acima das famílias acha-se a comissão criada em 1931 por Lucky Luciano, que reúne 24 das 25 famílias e serve para resolver pacificamente as controvérsias territoriais e para defender os interesses coletivos. É ela que comanda as relações com demais organizações, mesmo a nível internacional.

A Cosa Nostra acha-se solidamente instalada nas principais cidades americanas: Nova York, onde operam cinco famílias: Gambino, Colombo, Bonanno, Genovese, Luchese; Filadélfia, Chicago, Detroit, Boston, Tampa, New Orleans, Las Vegas, Los Angeles, San Francisco. Também Cleveland, Denver, Kansas City, Milwaukee, Pittston, Rochester, Saint Louis, Buffalo, San José, Tucson, Newark.

Algumas famílias estabeleceram-se nas zonas de maior tráfico de estupefacientes, nas proximidades da América Central.

São apontados, o narcotráfico e a reciclagem como interesses fundamentais da Cosa Nostra, juntamente outros interesses menores, como a extorsão, o jogo de azar, a prostituição e a agiotagem. O caminho natural orientado pela Máfia é a corrupção das autoridades e os pactos de respeito mútuo, “de não-interferência com

as atividades de outros grupos criminosos, quando instalados no território, que venham a ser submetidos a taxaço”. Acreditam que a organizaço estaria em crise, após forte combate da polícia americana levando à prisão vários chefes e mais 300 (trezentos) soldados da organizaço.

2.2 ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL

Conforme já estudado, as Organizações Criminosas não centram suas atividades em apenas em um setor, atuam em diversas áreas e causam prejuízo nos diversos setores da sociedade.

Como já foi comentado anteriormente, De Oliveira (2005, p. 28), acredita que a primeira infração penal organizada no Brasil foi a prática do “jogo do bicho”, iniciada no século XX. Após algumas décadas, o autor comenta o surgimento de algumas organizações criminosas:

Cumpra assinalar que, nas décadas de 70 e 80, outras organizações criminosas surgiram nas penitenciárias da cidade do Rio de Janeiro, como a “Falange Vermelha”, que nasceu no presídio da Ilha Grande e é formada por quadrilhas especializadas em roubos a bancos, o “Comando Vermelho”, originado no presídio Bangu I e comandado por líderes do tráfico de entorpecentes e o “Terceiro Comando”, dissidente do Comando Vermelho e idealizado no mesmo presídio por detentos que discordavam da prática de seqüestros praticados por grupos criminosos. Em São Paulo, nos meados da década de 90, surgiu no presídio de segurança máxima anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, a organização criminosa denominada PCC (Primeiro Comando da Capital), com atuação criminosa diversificada em vários Estados brasileiro. O PCC patrocina rebeliões e resgates de presos, rouba bancos e carros de transporte de valores, pratica extorsão de familiares de detentos, extorsão mediante seqüestro e tráfico de entorpecentes, possuindo conexões internacionais. Ademais, assassinam membros de facções rivais, tanto dentro como fora dos presídios.

A seguir, dentre as organizações citadas, o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho), que são as maiores organizações criminosas atuantes no país serão estudadas com mais detalhes.

2.2.1 Comando Vermelho

O Comando Vermelho é uma das maiores organizações criminosas do Brasil, tendo como atividades principais o tráfico de drogas, extorsão e assaltos a bancos, realizados principalmente no território carioca.

Conforme Bengochea (2013, s.p.), o Comando Vermelho surgiu nos anos 80, precedido por uma organização conhecida como Falange Vermelha, no presídio da Ilha Grande, a partir da convivência entre presos comuns com os presos políticos, pois, naquela época o Brasil estava passando pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com a finalidade de melhorarem a situação dos detentos e combaterem os abusos das autoridades carcerárias, evitavam a violência física e sexual, roubos e ataques entre os presos, tendo como ideais iniciais “Paz, Justiça e Liberdade”.

Em razão do ideal revolucionário e da luta de classes menos favorecidas por uma sociedade menos desigual, o Comando Vermelho iniciou-se como um fundamento romântico, passando a ter representatividade frente aos presos. No entanto, com o passar dos anos, os ideais da organização foram corrompidos e o comando vermelho se tornou uma organização criminosa que extrapolou os limites dos presídios, dominando o comércio de drogas na região metropolitana do Rio de Janeiro até meados dos anos 90.

Em sua obra, Amorim (2010, p. 29), tece alguns comentários pertinentes:

O Comando Vermelho já é uma espécie de governo paralelo numa parte considerável da geografia do Grande Rio. Domina--pela força ou pela persuasão--quase dois quintos da população da região. No domingo 9 de dezembro de 1990, o jornal O Globo publicava matéria de página inteira sobre o império da organização. O texto de abertura afirmava: "(...) 90 por cento das 480 favelas do Rio são dominadas por quadrilhas ligadas ao Comando Vermelho. (...) os gerentes desses grupos armados de traficantes, seqüestradores e assaltantes de bancos impõem suas leis à força aos quase dois e meio milhões de moradores dos morros que dominam". Outro texto da mesma edição de O Globo garante que as estações de trem que servem à favela do Jacarezinho não cobram as passagens, porque os traficantes impedem a instalação das roletas e montam pontos de venda de drogas dentro das próprias plataformas da Rede Ferroviária. A reportagem de Jorge Luiz Lopes e Rodolfo de Bonis teve como fontes de informação o Serviço Reservado da Polícia Militar (o P-2) e a própria Secretaria de Polícia Civil do Estado. Nenhuma voz da autoridade pública se levantou para desmentir a matéria de O Globo. A região metropolitana do Rio tem perto de onze milhões de habitantes. Nela, para cada grupo de cem mil moradores, 37 pessoas são assassinadas. Isso é pesquisa de americano, assinada pelo Population Crisis Committee, com sede em Washington. A estatística foi construída depois de dois anos de estudos realizados com apoio de 350 dos maiores especialistas mundiais em problemas do crescimento urbano. Uma cidade terrível esse Rio de Janeiro, concluem os pesquisadores. Uma conclusão, aliás, reforçada por outra informação: o Departamento de Estado norte-americano considera o Rio a quarta cidade mais perigosa do planeta para os cidadãos dos Estados Unidos em viagens de turismo ou negócios. O Rio só perde para Beirute, Medellín e Bangcoc. Um special warning neste sentido foi emitido a todas as companhias de turismo, aviação e seguradoras dos EUA em fins de 1989. Meses depois, em junho de 1990, a Anistia Internacional publica um relatório (Tortura e Execuções

Extrajudiciais no Brasil) que assusta ainda mais os americanos. Ou seja: violência criminal e policial a todo vapor.

Conforme aponta Bengochea (2013, s.p.), o Comando Vermelho controla cerca de 40% do comércio de drogas no Rio de Janeiro, tendo um número aproximado de 5.000 (cinco mil integrantes) fortemente armados. O autor também comenta que: “crianças e jovens favelados, sem perspectivas de vida na cidade grande”. Estas são iludidas a integrar ao grupo com promessas de renda fácil. Nesse ideal, o Comando Vermelho vale-se de táticas de guerrilhas urbanas que foram inspiradas em grupos da esquerda armada. É visível que a organização criminosa ocupa o espaço deixado pela ausência do Estado nas comunidades cariocas, com uma política de benfeitorias e de proteção, facilitando o apoio das comunidades dominadas pelos membros da facção.

2.2.2 Primeiro Comando da Capital (PCC)

O Primeiro Comando da Capital é atualmente a maior organização criminosa do país. Criada na Casa de Custódia de Taubaté -SP no ano de 1993, de acordo com Bigoli e Bezerra (2014, s.p.), a facção foi idealizada por Mizaél Aparecido da Silva (Miza), José Márcio Felício (Geleirão), Cezar Augusto Roriz (Cezinha), Idemir Carlos Ambrósio (Sombra), dentre outros membros que participavam do mesmo time de futebol.

Esta Organização Criminosa foi criada com o objetivo de “combater a opressão dentro do sistema prisional paulista” e “para vingar a morte dos cento e onze presos”, fato este ocorrido em 2 de outubro de 1992, conhecido como massacre do Carandiru, conforme afirma o Estatuto do PCC, escrito pelos membros idealizadores da organização. Bigoli e Bezerra (2014, s.p.) citam o referido Estatuto:

ESTATUTO DO P.C.C.1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.2. A Luta pela liberdade, justiça e paz.3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham à sofrerem nenhuma desigualdade ou

injustiça em conflitos externos.7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenado à morte sem perdão.8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.10. Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.11. O Primeiro Comando da Capital - P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atroz.15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros. Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido. LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!!! O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV. UNIDOS VENCEREMOS

Apesar de existir desde a década de 90, o Primeiro Comando da Capital só começou a ser tratado como organização criminosa após os ataques no ano de 2006 ao estado de São Paulo, fato este que fez com que a população paulista vivesse dias de terror. Benoit (2006, s.p.), comenta o ocorrido:

A organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), em operação de verdadeira guerra civil, realizou 251 ataques contestando abertamente o poder de Estado constituído.

Delegacias, postos policiais e carros de polícia foram metralhados, agentes da lei e até bombeiros foram fuzilados, quinze agências bancárias e oitenta ônibus de transporte coletivo foram incendiados.

O pânico tomou conta da população: diversas lojas comerciais, universidades e escolas foram fechadas. Donos de empresas de ônibus, temendo pelo seu patrimônio, não permitiram que os veículos saíssem das garagens. Milhares de paulistanos ficaram sem transporte para chegar ao trabalho. Durante toda a segunda-feira (dia 15), mais de 190 quilômetros de engarrafamento tornaram o trânsito uma verdadeira tragédia, buzinas e sirenes policiais transformavam o barulho do centro em algo ensurdecedor.

Além de tudo isso, diversos presídios se rebelaram e atos de vandalismo ocorriam por todo o país. Tanto na própria São Paulo como em outras cidades próximas, tais como Campinas, e em vários estados do Brasil, tais como Paraná e Bahia, presidiários se levantavam tomando a direção das casas de detenção e também delegacias ou ônibus eram atacados, transformando a população civil em refém do crime organizado. O saldo dos cinco dias de violência, segundo a Secretaria de Segurança Pública, foi de 115 mortes e dezenas de feridos, isto somente na cidade de São Paulo.

O terror só acabou dias depois, e segundo o autor, correu boatos que o governador do Estado de São Paulo, à época dos fatos, Cláudio Lembo, teria negociado com o PCC atendendo algumas de suas reivindicações, em troca de cessar os ataques:

Corre o boato que o governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo, teria negociado com a facção criminosa atendendo algumas reivindicações do PCC. O principal interlocutor dessa negociação seria Orlando Mota Júnior, conhecido como Macarrão, que cumpre pena de 48 anos e oito meses pelos crimes de roubo, furto, formação de quadrilha e receptação. Orlando seria um dos principais líderes do PCC logo abaixo do líder máximo, Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola.

A rebelião teria começado justamente porque Marcola, Macarrão e outros líderes do PCC haviam sido transferidos para o CRP (Centro de Readaptação Penitenciária) de Presidente Bernardes (589 km de SP), onde ficariam isolados -em RDD, Regime Disciplinar Diferenciado, perdendo toda as regalias e a capacidade de ação que ainda possuem em presídios comuns. Não aceitando essa transferência dos seus líderes, o PCC teria desencadeado os cinco dias de terror.

As rebeliões nos presídios e os ataques teriam sido interrompidos na terça-feira, justamente, porque o governo do Estado teria atendido algumas exigências do PCC. Depois do acordo, Macarrão teria então ordenado através de celular que cessassem as operações criminosas e teria sido imediatamente obedecido por seus milhares de fiéis seguidores. Entre as exigências de Macarrão, fala-se na promessa da parte do governo de não utilizar a tropa de choque -conhecida por sua violência extrema - para conter as rebeliões ocorridas em presídios e o retorno de uma série de regalias para Marcola e outros líderes do PCC.

Tal suspeita de negociação do Estado com a organização criminosa revolta boa parte da população paulista, mas, acontecimentos como esse vêm tornando-se comum no Brasil, já que a corrupção domina a vida política e todas as instituições, mostrando a grave crise que atinge a própria dominação burguesa no Brasil. Além das denúncias escandalosas

que envolvem todo o governo Lula, o congresso nacional e mesmo o poder judiciário, recentemente, por ocasião do roubo de armas de um quartel do Exército no Rio de Janeiro, também teria ocorrido negociação similar com o crime organizado. Na época, correram boatos de que as Forças Armadas recuperaram as armas roubadas através de negociação com o Comando Vermelho, outra grande organização criminosa. É como se houvesse uma certa continuidade e complementaridade entre o Estado burguês, expressão da classe dominante em armas, e as grandes organizações criminosas armadas, apoiadas, em certo sentido, na miséria da maior parte da população brasileira, moradora nas favelas (BENOIT, 2006, s.p.).

Após a confirmação da existência da facção criminosa, as autoridades paulistas decidiram separar seus líderes, espalhando-os pelos presídios de outros estados, assim acreditaram que a organização perderia a força. Porém, ao serem mandados para os presídios de outros estados, os integrantes da organização começaram a divulgar as ideais do partido aos detentos locais, que se simpatizaram e fizeram alianças.

Bengochea (2013, s.p.), comentou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) já criou bases em 13 (treze) estados e no exterior, e ainda se aliou ao Comando Vermelho, e em razão da dificuldade financeira que o PCC passou após os ataques de 2006, quando a organização passou a ser oprimida pelas forças policiais, esta estimulou o Comando Vermelho a vender crack, droga esta que sempre foi evitada nas favelas cariocas.

Atualmente, o Primeiro Comando da Capital tem como suposto líder o presidiário Marcos Willians Herbas Camacho, alcunha “Marcola”, do presídio de segurança máxima de Presidente Venceslau. Sendo criminoso homenageado por cantores de funk, que também exaltam a facção em suas letras. Conforme afirma Benoit (2006, s.p.), os funkeiros Renatinho e Alemão, no cd de nome “Guerreiro Não Gela”, mandam mensagens a Marcos Willians Herbas Camacho, ou seja, justamente o Marcola, que seria um dos líderes dos atentados de 2006 a capital paulista.

2.3 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA

O Brasil passou assumir de forma lenta as organizações criminosas em seu território, pois isso era visto como uma coisa distante da realidade brasileira, porém, só com o surgimento de notícias sobre casos de tráfico de pessoas e drogas, execuções, corrupções e movimentações ilícitas de capitais cometidos por grupos de

peessoas, onde se tornava visível até mesmo as pessoas mais simples que estas se organizavam com estrutura ordenada, divisão de tarefas e com finalidade de obter vantagens de qualquer natureza. Daí surge o clamor público, no sentido de forçar o legislador a criar novas formas de combate a estas práticas, surgindo às pressas a Lei 9.034/95, que veio com o objetivo de denominar esta forma de organização criminosa, porém, esta nasceu de forma muito tímida, não trazendo um conceito definido de Crime Organizado e não definindo os dispositivos, (ação controlada, infiltração, colaboração premiada, etc). Gomes (2009, s.p.), afirmou à época da vigência da lei que não tinha, no Brasil, uma lei que definia (texto lei explicativo) o conceito (a ideia) de crime organizado.

Com o intuito de dar mais eficácia a lei, os juristas utilizavam uma definição da Convenção de Palermo (sobre criminalidade transnacional) para definir o conceito de organização criminosa:

Para efeitos da presente Convenção, entende-se por: a) Grupo criminoso organizado grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material, (BRASIL, 2004).

A 5ª T do STJ, no HC 77.771-SP, pegou emprestado a definição dada pela Convenção de Palermo e entendeu viável a acusação contra o casal denunciado por lavagem de dinheiro, tendo como crime antecedente o de organização criminosa:

HABEAS CORPUS . LAVAGEM DE DINHEIRO. INCISO VII DO ART. 1.º DA LEI N.º 9.613/98. APLICABILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONVENÇÃO DE PALERMO APROVADA PELO DECRETO LEGISLATIVO N.º 231, DE 29 DE MAIO DE 2003 E PROMULGADA PELO DECRETO N.º 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA A PERSECUÇÃO PENAL.

1. Hipótese em que a denúncia descreve a existência de organização criminosa que se valia da estrutura de entidade religiosa e empresas vinculadas, para arrecadar vultosos valores, ludibriando fiéis mediante variadas fraudes mormente estelionatos, desviando os numerários oferecidos para determinadas finalidades ligadas à Igreja em proveito próprio e de terceiros, além de pretensamente lucrar na condução das diversas empresas citadas, algumas por meio de “testas-de-ferro”, desvirtuando suas atividades eminentemente assistenciais, aplicando seguidos golpes.

2. Capitulação da conduta no inciso VII do art. 1.º da Lei n.º 9.613/98, que não requer nenhum crime antecedente **específico** para efeito da configuração do crime de lavagem de dinheiro, bastando que seja

praticado por organização criminosa, sendo esta disciplinada no art. 1.º da Lei n.º 9.034/95, com a redação dada pela Lei n.º 10.217/2001, c.c. o Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, que ratificou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada pelo Decreto n.º 5.015, de 12 de março de 2004. Precedente (BRASIL, 2008).

De forma pioneira, Gomes (2009) apontou três vícios estampados no citado acórdão: 1º) a definição de crime organizado contida na Convenção de Palermo é muito ampla, genérica, e viola a garantia da taxatividade (ou de certeza), que é uma das garantias emanadas do princípio da legalidade; 2º) a definição dada vale para nossas relações com o direito internacional, não com o direito interno; 3º) definições dadas pelas convenções ou tratados internacionais jamais valem para reger nossas relações com o Direito Penal interno em razão da exigência do Princípio da democracia (ou garantia da *lex populi*), permanecendo atípica a conduta.

Gomes (2009, s.p.), comentou ainda que tais tratados e convenções não podem servir de fonte do Direito Penal incriminador em âmbito interno, pois nenhum documento internacional, em matéria de definição de crimes e penas, pode ser fonte normativa direta válida para o Direito interno brasileiro. Afirmou ainda que o tratado de Palermo não possui valor normativo suficiente para delimitar internamente o conceito de organização criminosa.

No entanto, tal convenção foi usada até o STF (Supremo Tribunal Federal), no HC 96.007, que dizia a respeito do casal Estevem Hernandes Filho e sua esposa Sonia Hernandes, fundadores da Igreja Renascer em Cristo, que segundo o Ministério Público do Estado de São Paulo, estariam usando a estrutura da igreja para ludibriar fiéis e levar o dinheiro destes para o exterior.

Na época, o Ministério Público do Estado de São Paulo ofereceu denúncia contra o casal pela prática do crime de lavagem de capitais, tendo como crime antecedente ao de Organização Criminosa. Só a título de esclarecimento, essa ideia de crime antecedente existia na antiga lei 9.613/98, que trazia um rol taxativo de crimes antecedentes, dentre eles, “o praticado por organização criminosa”. Esse tema foi parar no Supremo Tribunal Federal, exatamente para ser discutido se existia ou não existia conceito de organização criminosa.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que a convenção de palermo não poderia ser utilizada para extrair dela o conceito de Organização Criminosa, pois, na

visão do STF, por mais que sejam importantes os tratados internacionais, estes não podem definir crimes e penas sob pena de violação do princípio da legalidade.

O Ministro Marco Aurélio, relator do processo, definiu como atípica a conduta atribuída a quem comente crime de lavagem de dinheiro, tendo como fundamento a hipótese prevista no artigo 1º, inciso VII (organização criminosa), da Lei 9.613/98, de acordo com o trecho do voto:

Por isso, a melhor doutrina sustenta que, no Brasil, ainda não compõe a ordem jurídica previsão normativa suficiente a concluir-se pela existência do crime de organização criminosa. Vale frisar que, no rol exaustivo do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, não consta sequer menção ao de quadrilha, muito menos ao de estelionato, cuja base é a fraude. Em síntese, potencializa-se, a mais não poder, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado para pretender-se a persecução criminal no tocante à lavagem ou ocultação de bens sem ter-se o crime antecedente passível de vir a ser empolgado para tal fim. Indago: qual o crime, como determina o inciso XXXIX do artigo 5º da Carta da República, cometido pelos acusados se, quanto à organização criminosa, a norma faz-se incompleta, não surtindo efeitos jurídicos sob o ângulo do que requer a cabeça do artigo 1º da mencionada lei, ou seja, o cometimento de um crime para chegar-se à formulação de denúncia considerada prática, esta sim, no que completa, com os elementos próprios a tê-la como criminosa, em termos de elementos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores? (BRASIL, 2009)

Com isso, o legislador se viu obrigado a legislar, e no ano de 2012, surgiu às pressas a Lei 12.694/12 com o objetivo de regulamentar as formas de criminalidade, criando um colegiado para julgamento de crimes praticados por organizações criminosas esta espécie de criminalidade, e veio criando um colegiado para o julgamento das causas envolvendo esta forma de crime e trazendo um conceito de crime organizado, fazendo com que o Brasil, pela primeira vez, tivesse um conceito do que seria Organização Criminosa.

No entanto, esta lei não tratou dos instrumentos de investigação, sendo que estes continuaram sendo definidos pela lei anterior, (Lei 9.034/95). Com isso, ao tratarem de Organizações Criminosas, utilizava-se das duas leis.

Em menos de um ano, surgiu a Lei 12.850/2013, que revogou expressamente a lei 9.034/1995 e somente a parte conceitual da lei 12.694/2012, pois a nova lei não definiu o colegiado para o julgamento. Desta forma, de acordo com a nova lei, a organização criminosa passou a ser uma “*novatio legis*” incriminadora, tendo como bem jurídico tutelado a paz pública, mas não retroagindo para alcançar os fatos esgotados antes da vigência da nova ordem legal.

A nova lei de organizações criminosas trouxe um novo conceito no §1º do art. 1º, como sendo a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

O novo conceito de organizações criminosas veio alterando o número mínimo de integrantes, (que antes eram quatro integrantes agora são cinco integrantes). Assim as organizações criminosas não praticam somente crimes, mas também contravenções, pois o novo conceito veio abrangendo-as com “mediante a prática de infrações penais”, e não mais somente “a prática de crimes”.

A nova lei (Lei nº 12.850/13), também definiu os meios de obtenção da prova, que estão elencados em seu art. 3º. Sendo a colaboração premiada; captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; ação controlada; acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11; cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Destes meios de obtenção de provas, a Colaboração Premiada será o objeto a ser estudado. Este instituto vem sendo cada vez mais utilizado, principalmente nos crimes de repercussão nacional. Em razão de sua complexidade, quanto a sua eficácia, limitação legal, possibilidade de diminuição de pena e proteção aos Colaboradores, faz-se necessário um estudo mais aprofundado a respeito do tema, sendo o próximo capítulo dedicado exclusivamente ao referido instituto.

3 DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

3.1 ORIGEM

Desde os primórdios, a traição entre os seres humanos é colocada como uma prática cheia de exemplos ocorridos na história. De Lima (2014, p. 512), traz alguns exemplos históricos de traição entre as pessoas, como a famosa traição de Judas Iscariotes, que vendeu Jesus Cristo pelas célebres 30 (trinta) moedas. No Brasil, Joaquim Silvério dos Reis denunciou Tiradentes, consequentemente levando-o a forca.

Com a evolução da criminalidade, os ordenamentos jurídicos passaram a prever a possibilidade de compensar com penas mais brandas aquele que traía seus comparsas, nada de novo, pois, Lhering (2004, p. 73), já comentava em 1800 (um mil e oitocentos), a possibilidade de um direito premial a aqueles estados incapazes de desvendar crimes e combater a criminalidade:

Um dia, os juristas vão ocupar-se do direito premial. E farão isso quando, pressionados pelas necessidades práticas, conseguirem introduzir a matéria premial dentro do direito, isto é, fora da mera faculdade e do arbítrio. Delimitando-o com regras precisas, nem tanto no interesse do aspirante ao prêmio, mas, sobretudo, no interesse superior da coletividade.

Beccaria (2002) fez referência negativa aos chamados “delatores”, em um capítulo destinado ao estudo das “Acusações Secretas”. O autor coloca que apesar de ser um abuso manifesto e tornar os homens falsos e pérfidos, as “Acusações Secretas” tem se tornado necessária em vários governos pela fraqueza de sua constituição.

Apesar de Lhering e Beccaria já terem comentado sobre a ideia de Colaboração Premiada, o instituto só começou a entrar em prática na década de 70, com o surgimento das Organizações Criminosas da Europa, mais precisamente na Itália, onde surgiram normas que visavam a colaboração do réu com o intuito de facilitar as investigações dos crimes desta modalidade.

Maierovitch (2014, s.p.), comenta que essas normas foram criadas por meio de legislação de emergência, quando o magistrado Italiano Giovanni Falcone percebeu que era chegada a hora da Itália preparar a sua legislação sobre direito premial,

ocasião que o mafioso Tommaso Buscetta foi preso no Brasil, em novembro de 1983.

O autor relata que Buscetta colaborou com a justiça e revelou as autoridades o funcionamento da Máfia Cosa Nostra siciliana e a “identificação dos seus chefes, filiados e participantes em concurso externo”. Com a Colaboração de Buscetta, foram levados ao banco dos réus 475 envolvidos, dos quais 144 foram absolvidos. O caso, conhecido como Operação Mãos Limpas, ficou mundialmente conhecido, pois com a colaboração de Buscetta foi apurado com sucesso a corrupção na política italiana.

Instituto da Colaboração Premiada foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro antes mesmo da atual lei de Organizações Criminosas, (Lei nº. 12.850/2013). Cunha e Pinto (2014, p. 34), citam a lei de crimes hediondos (Lei nº. 8.072/90), que previa redução de pena aos participantes e associados que denunciassem à autoridade o bando ou a quadrilha.

A primeira lei de organizações criminosas, (Lei nº. 9.034/95, revogada pela Lei 12.850/2013), em seu art. 6º, tratava da redução da pena ao colaborador que esclarecesse, de forma espontânea, a autoria das infrações penais praticadas por organizações criminosas.

A Colaboração Premiada também fora mencionada nas Leis de Lavagem de Capitais (Lei nº. 9.613/98), de drogas (Lei nº 11.343/2006) e mais recentemente a Lei 12.529/2011, a mencionada lei estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, permitindo que o CADE (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência) firme acordo de leniência “que impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência (art. 87), com a posterior extinção da punibilidade caso cumprido o acordo”.

3.2 DEFINIÇÃO

No Tocante a definição de Colaboração Premiada o vocábulo Colaboração, de acordo com dicionário Michaelis (2008, p. 194), significa “cooperação; ajuda; trabalho feito pelos colaboradores”. Também define a palavra colaborador como “pessoa que, sem pertencer ao quadro de funcionários de uma empresa, trabalha para ela habitualmente ou esporadicamente”.

A definição de Colaboração Premiada é a junção de duas palavras, a primeira tem um significado de trabalho voluntário, cooperação ou ajuda. A palavra premiada traz um sentido de benefício. Ou seja, buscando somente a etimologia da palavra, a

Colaboração Premiada é o benefício dado a aquele que coopera ou trabalha voluntariamente.

Quanto a definição jurídica do instituto da Colaboração Premiada, Capez (2010, p. 255), leciona que “consiste na afirmativa feita por um acusado, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia. Além de confessar a autoria de um fato criminoso, igualmente atribui a um terceiro a participação como seu comparsa”.

Cunha e Pinto (2014, p. 35), preferiram definir o instituto da Colaboração Premiada de acordo com a atual lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), que explicam o instituto como a hipótese que tem o autor do delito em obter o perdão judicial e a redução da pena ou a sua substituição, auxiliando, de forma eficaz e voluntária, na obtenção dos resultados previstos em lei. O investigado, além de confessar a prática delituosa, abre mão do seu direito de permanecer em silêncio, assumindo o compromisso de ser fonte de prova para a acusação acerca de determinados fatos.

Quanto ao conceito, De Lima (2014, p. 513), define:

A colaboração premiada pode ser conceituada como uma técnica especial de investigação por meio da qual o coautor e/ou partícipe da infração penal, além de confessar seu envolvimento no fato delituoso, fornece aos órgãos responsáveis pela persecução penal informações objetivamente eficazes para a consecução de um dos objetivos previstos em lei, recebendo, em contrapartida, determinado prêmio legal.

De acordo com os ensinamentos de Cunha e Pinto (2014, p. 35-36), o instituto em foco não pode ser definido exclusivamente na delação dos envolvidos formulada pelo colaborador, pois este pode obter o prêmio sem entregar os comparsas, como por exemplo, se com a colaboração foi possível salvaguardar a integridade física da vítima.

Importante esclarecer que a mera confissão e o depoimento não podem ser considerados formas de Colaboração Premiada. Conforme comenta De Lima (2014, p. 513), o colaborador só fará jus aos prêmios previsto em lei quando admitir sua participação no delito e fornecer informações objetivamente eficazes para a descoberta de fatos dos quais os órgãos responsáveis pela persecução penal não tinham conhecimento prévio, permitindo a identificação dos demais coautores, a localização do produto do crime, a descoberta de toda a trama delituosa ou a facilitação da libertação do sequestrado, dependendo do caso concreto.

O mesmo autor ainda ressalta que se o acusado confessar somente os fatos já

conhecidos, os quais apenas reforçarão as provas preexistentes, só terá direito à atenuante da confissão prevista no art. 65, I, alínea “d”, do Código Penal.

Sobre o assunto tratado, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, no HC 90.962/SP, entendeu que:

Apesar de o acusado haver confessado sua participação no crime, contando em detalhes toda a atividade criminosa, incriminando seus comparsas, não há nenhuma informação nos autos que ateste o uso de tais informações para fundamentar a condenação dos outros envolvidos, pois a materialidade, as autorias e o desmantelamento do grupo criminoso de deram, principalmente, pelas interpelações telefônicas legalmente autorizadas e pelos depoimentos das testemunhas e dos policiais federais (BRASIL, 2007).

Nesta linha de interpretação, conclui que a confissão pode ser uma circunstância atenuante do art. 65, I, “d”, do Código Penal Brasileiro. Já a Colaboração Premiada confere ao agente algumas hipóteses de diminuição de pena ao calcular esta (art. 68 do Código Penal Brasileiro). No entanto “há precedentes do STJ no sentido de que a aplicação desses benefícios legais é perfeitamente compatível, porquanto dotados de natureza distinta”.

3.3 CORRELAÇÃO ENTRE A COLABORAÇÃO PREMIADA E A DELAÇÃO PREMIADA

As expressões colaboração premiada e delação premiada na maioria das vezes são trabalhadas como sinônimas. Porém, De Lima (2014, p. 514), não considera as expressões sinônimas, salientando que a Colaboração premiada tem uma abrangência maior:

O imputado, no curso da *persecutio criminis*, pode assumir a culpa sem incriminar terceiros, fornecendo, por exemplo, informações acerca da localização do produto do crime, caso em que é tido como mero colaborador. Pode, de outro lado, assumir culpa (confessar) e delatar outras pessoas – nessa hipótese é que se fala em delação premiada (ou chamamento de corrêu). Só há falar em delação se o investigado ou acusado também confessa a autoria da infração penal. Do contrário, se a nega, imputando-a a terceiro, tem-se simples testemunho. A colaboração premiada funciona, portanto, como o gênero, do qual a delação premiada seria espécie.

A expressão “delação premiada” é mais usada pela doutrina e jurisprudência, porém, prefere a utilização da palavra Colaboração Premiada. Boldt (2005, s.p.), define a delação premiada como a possibilidade do participante do ato criminoso ter

sua pena reduzida ou extinta, mediante a denúncia de seus comparsas às autoridade, permitindo o desmantelamento do bando ou quadrilha, ou ainda facilitando a libertação do sequestrado, possível no caso do crime de extorsão mediante sequestro cometido em concurso de agentes.

Bitencourt (2008, p. 124), conceitua a delação premiada como a redução de pena, que pode chegar em algumas hipóteses na total isenção de pena para o delinquente que delatar seus comparsas. Desde que sejam satisfeitos os requisitos que a lei estabelece, tal benefício pode ser concedida pelo juiz na sentença condenatória.

Ao conceituarem a denominação “delação premiada”, os autores Boldt e Bitencourt fazem referência a delação premiada como “denúncia dos comparsas”. No entanto, a Lei nº 12.850/2013, que utiliza a expressão colaboração premiada, trás um sentido mais amplo ao instituto, não se limitando somente a delação dos comparsas. Como menciona De Lima (2014, p. 514), “A Colaboração premiada funciona, portanto, como gênero, do qual a delação premiada seria espécie”.

Nesse sentido, Aras (2011, p. 427), aponta a existência de quatro subespécies de Colaboração Premiada:

- a) Delação premiada (chamamento de corréu): além de confessar seu envolvimento na prática delituosa, o colaborador expõe as outras pessoas implicadas na infração penal, razão pela qual é denominado de agente revelador;
- b) Colaboração para libertação: O colaborador indica o lugar onde está mantida a vítima sequestrada, facilitando sua libertação;
- c) Colaboração para localização e recuperação de ativos: o colaborador fornece dados para a localização do produto ou proveito do delito e de bens eventualmente submetidos a esquemas de lavagem de capitais;
- d) Colaboração preventiva: o Colaborador presta informações relevantes aos órgãos estatais responsáveis pela persecução penal de modo a evitar um crime, ou impedir a continuidade ou permanência de uma conduta ilícita.

A atual lei de Organizações Criminosas (Lei N.º 12.850/2013), optou pela denominação Colaboração Premiada, em razão da Colaboração Premiada trazer um conceito mais amplo, não se limitando a apenas à delação dos comparsas.

3.4 COLABORAÇÃO PREMIADA OU EXTORSÃO PREMIADA

A Colaboração Premiada abre muitos questionamentos quanto a ética e a moral, pois o fato do estado se aliar ao criminoso, dando-lhe benefícios em troca deste entregar seus comparsas demonstra a falta de ética do estado. Sobre esses

entendimento, Carvalho (2009, p. 101) citado por De Lima (2014, p. 515), preconiza que o estado incentiva a falta de caráter de quem trai seus comparsas, transformando-o em um incentivador de antivalores implantados pela sociedade.

Sobre a Colaboração Premiada, Marcão (2005, s.p.), afirma que este mecanismo mostra a ausência de freios éticos por parte do estado, apresentando-se como uma verdadeira traição do delator em busca de benefícios em prejuízo do delatado.

O termo Extorsão Premiada vem em razão do estado unir-se ao criminoso para extorqui-lo, afim de que este entregue os comparsas em troca de benefícios. Zafaroni (1996, p. 45), leciona:

(...) a impunidade de agentes encobertos e dos chamados 'arrepentidos' constitui uma séria lesão à eticidade do Estado, ou seja, ao princípio que forma parte essencial do Estado de Direito: (...) o Estado está se valendo da cooperação de um delinquente, comprada ao preço da sua impunidade para 'fazer justiça', o que o Direito Penal liberal repugna desde os tempos de Beccaria.

Ao aceitar a Colaboração Premiada como meio de obtenção de prova, o estado reconhece a sua incapacidade em solucionar crimes cometidos por organizações criminosas. De Lima (2014, p. 516), apontou as razões para a adoção da colaboração premiada como meio de obtenção de prova:

a) A impossibilidade de se obter outras provas, em virtude da "lei do silêncio" que vige no seio das organizações criminosas; b) a oportunidade de se romper o caráter coeso das organizações criminosas (quebra da *offectio societatis*), criando uma desagregação da solidariedade interna em face da possibilidade da colaboração premiada.

Não há qualquer violação à ética ou a moral por parte do referido instituto, pois a partir do momento que o indivíduo decide contar o que aconteceu e revelar os demais participantes do delito, este agiria de acordo com a moral social e coletiva, mesmo sendo contra os princípios do grupo criminoso.

Observa-se que o objetivo da colaboração premiada é a desestruturação das organizações criminosas, pois a maioria destas tem uma estrutura fechada, que não possibilita a investigação e a obtenção de provas. Nos crimes cometidos por organizações criminosas na administração pública, os atos ilícitos são realizados em quatro paredes, sendo estes presenciados somente pelos membros da organização.

Sobre a ética do criminoso questionada sobre vários aspectos, pode-se ressaltar que sua natureza relativa é latente, visto que grupos criminosos, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) não respeitam os limites impostos pela sociedade, pois estes desenvolvem leis próprias, como exemplo o Estatuto do PCC.

Diariamente, membros dessas organizações são vistos nos telejornais e apontados por autoridades como sendo mandantes de execuções de pessoas e comandantes do tráfico de drogas, muitos desses atos através de celulares no interior dos presídios onde cumprem penas, não estão preocupados com a ética e a moral.

3.5 O FUNCIONAMENTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI 12.850/2013

A Nova Lei das Organizações Criminosas, que abrange a seara penal e processual penal, ao apresentar vantagens aos agentes do crime que contribuem para a fase de investigação ou instrução criminal, proporciona grandes inovações ao ordenamento jurídico brasileiro. Quando o sujeito se dispõe a colaborar com as investigações ou processo criminal, de forma voluntária e assim garante a produção dos efeitos esperados pelo art. 4º da lei 12.850/13, a ele poderão ser oferecidos certos privilégios, que vão desde a redução de pena, substituição ou até mesmo o perdão judicial. A escolha do “prêmio” a ser dado cabe ao magistrado, que deverá fundamentar sua decisão.

No HC 99.736, do STF, de relatoria do Ministro Ayres Brito, foi verificado que as instancias ordinárias não examinaram a relevante contribuição da delação premiada, dando apenas 1/3 de redução da pena, por considerar que este instituto gera retaliações e dada a importância disso para a investigação demonstrou que é desleal a conduta do Estado Juiz ao dar o mínimo legal sem a devida fundamentação, vejamos:

EMENTA: HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DELAÇÃO PREMIADA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA RECONHECIDA PELO JUÍZO. PERCENTUAL DE REDUÇÃO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. A garantia de fundamentação dos provimentos judiciais decisórios (inciso IX do art. 93 da Constituição Federal) june o magistrado a coordenadas objetivas de imparcialidade e propicia às partes conhecer os motivos que levaram o julgador a decidir neste ou naquele sentido. 2. A necessidade de motivação no trajeto da dosimetria da pena não passou despercebida na reforma penal de 1984. Tanto que a ela o legislador fez expressa referência na Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal, ao tratar do sistema trifásico de aplicação da pena privativa de liberdade.

3. Na concreta situação dos autos, o magistrado não examinou o relevo da colaboração do paciente com a investigação policial e com o equacionamento jurídico do processo-crime. Exame, esse, que se faz necessário para determinar o percentual de redução da reprimenda. Noutros termos: apesar da extrema gravidade da conduta protagonizada pelo acionante, o fato é que as instâncias ordinárias não se valeram de tais fundamentos para embasar a escolha do percentual de 1/3 de redução da pena. 4. A partir do momento em que o Direito admite a figura da delação premiada (art. 14 da Lei 9.807/99) como causa de diminuição de pena e como forma de buscar a eficácia do processo criminal, reconhece que o delator assume uma postura sobremodo incomum: afastar-se do próprio instinto de conservação ou autoacobertamento, tanto individual quanto familiar, sujeito que fica a retaliações de toda ordem. Daí porque, ao negar ao delator o exame do grau da relevância de sua colaboração ou mesmo criar outros injustificados embaraços para lhe sonegar a sanção premial da causa de diminuição da pena, o Estado-juiz assume perante ele conduta desleal. Em contrapasso, portanto, do conteúdo do princípio que, no caput do art. 37 da Carta Magna, toma o explícito nome de moralidade. 5. Ordem parcialmente concedida para o fim de determinar que o Juízo processante aplique esse ou aquele percentual de redução, mas de forma fundamentada (BRASIL, 2010).

Antes de ser outorgado qualquer tipo de benefício ao colaborador, além dos requisitos presentes no art. 4 I-V da lei, serão analisados: seu perfil psicológico-social, as condições em que o delito foi praticado e o resultado propiciado por sua contribuição posterior para o processo. A boa conduta do agente, não tem a ver com ser réu primário, já que esse requisito seria prejudicado na maioria dos casos, pois os criminosos organizados dificilmente estarão sob essa qualidade.

Vários autores, entre eles, De Lima (2014, p. 516), apontam um equívoco por parte do legislador ao dispor no art. 4º, §14, da Lei nº 12.850/2013, que “o colaborador renunciará ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade”. O silêncio é um direito fundamental do acusado, que tem previsão constitucional no art. 5, LXIII e no art. 8º, §2º, “g” da Convenção Americana de Direitos Humanos, não podendo se falar em renúncia deste direito em virtude de sua natureza indisponível ou inalienável. Diante do que foi comentado, pode-se concluir não há renúncia ao direito ao silêncio, e sim em uma opção voluntária do Colaborador de não exercer esse direito.

Ainda no art. 4º, §14, da Lei nº 12.850/2013, que reza sobre a remissão ao compromisso legal de dizer a verdade, o colaborador não pode responder por falso testemunho. Conforme aponta o art. 342 do Código Penal, só quem pode responder por falso testemunho são as testemunhas, peritos, contador, tradutor ou intérprete, ficando afastada a possibilidade do réu ou colaborador responder pelo crime de falso testemunho.

Quanto à possibilidade de retratação da colaboração prevista no art. 4º, §10, da referida lei, De Lima (2014, p. 516), aponta:

Frustrada a proposta em virtude da retratação por uma das partes, seria no mínimo injusto que todo esse acervo probatório fosse contra ele utilizado. Como não houve renúncia ao direito ao silêncio, mas simples não exercício dessa prerrogativa diante da expectativa de receber determinado prêmio legal, na hipótese de as partes se retratarem do acordo (v.g., o colaborador altera seu depoimento em juízo), as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor, embora possam ser úteis, na medida de sua veracidade, contra os demais agentes, que não podem ser beneficiados pelo exercício do direito ao silêncio titularizado pelo colaborador.

Com relação a voluntariedade do agente do crime, é pressuposto indispensável à Colaboração Premiada, isto é, a vontade expressa do agente em colaborar por iniciativa pessoal, sem qualquer tipo de coação física ou psicológica. Posto que, não poderão ser utilizados os apontamentos do réu, no âmbito da colaboração premiada, sem a sua devida anuência.

De Lima (2014, p. 524), tece alguns comentários a respeito da espontaneidade do agente:

Na verdade, o que realmente interessa para fins de colaboração premiada é que o ato seja *voluntário*. Ainda que não tenha sido do agente a iniciativa, ato voluntário é aquele que nasce da sua livre vontade, desprovido de qualquer tipo de constrangimento. Portanto, para que o agente faça jus aos prêmios legais referentes à colaboração premiada, nada impede que o agente tenha sido aconselhado e incentivado por terceiro, desde que não haja coação. Ato espontâneo, portanto, para fins de colaboração premiada, deve ser compreendido como o ato voluntário não forçado, ainda que provocado por terceiros (v.g., Delegado de Polícia, Ministério Público ou Defensor).

O agente poderá ser perquirido pelo juiz para fins de constatação da presença da legalidade, regularidade e voluntariedade da conduta. Neste caso, o papel do magistrado é reduzido a certos limites, visto que o mesmo não poderá participar das negociações, sob pena de perder sua qualidade de imparcialidade.

O meio mais eficaz de se praticar a colaboração premiada é a indicação dos membros da organização criminosa e a especificação dos delitos praticados por estes. Mas especialmente, quando se trata de crime organizado, é importante que o colaborador especifique também como labora a ordem hierárquica da organização,

indicando a função de cada indivíduo envolvido no esquema para a melhor elucidação dos fatos.

Observa-se que nem sempre, o colaborador tem conhecimento exauriente de todos os integrantes do grupo, pois é comum que os membros de hierarquia inferior não tenham contato com os mais graduados (sistema de células). Sempre que possível, deve revelar todas as informações que tinha conhecimento para que facilite as investigações com relação a estrutura hierárquica e divisão de tarefas do grupo.

Interessante destacar que a colaboração premiada só produz eficácia com relação ao apontamento dos fatos em estudo. Quando o colaborador revela acontecimentos ilícitos que nada tem a ver com o foco investigativo, não há que se falar na aplicação deste instituto. Para que a colaboração tenha aplicabilidade, o agente deve se referir ao esclarecimento do delito em análise.

De acordo com o art. 4º, III da comentada lei, a colaboração possui caráter preventivo com relação a dificultar a reiteração de condutas criminosas por parte da organização criminosa. quando ocorre a divulgação do esquema criminoso, consequentemente há o enfraquecimento na estrutura organizacional. Não se faz mister que o réu colaborador repare, total ou parcialmente, o dano que foi causado à vítima, mas se este o fizer funcionará como condição válida para sua premiação, também podendo servir de atenuante da pena, livramento condicional e revisão criminal.

Com relação a reparação do dano causado à vítima, Cunha e Pinto (2014, p. 46), concordam:

Observe-se, ainda, que em alguns crimes, que são típicos de organização criminosas, sua prática não implica em um prejuízo direito a uma vítima específica. É assim, por exemplo, com o tráfico de drogas, de armas ou de mulheres e com a exploração da prostituição. Pode ocorrer ainda um crime de sequestro, no qual não foi pago o resgate, em que não há que se falar em prejuízo ao ofendido (pelo menos sob o aspecto financeiro). Em outras situações, o prejuízo será do Estado, com sonegação de impostos, como, v.g., no crime de contrabando ou descaminho.

Quando a colaboração ensejar na preservação da integridade da vítima, o agente será beneficiado por sua atitude. Salientando que o simples fato da vítima estar viva não é suficiente, se esta estiver ferida significa que sua integridade não foi preservada. Não se aplica ao caso da indicação do local em que se encontra o cadáver

da vítima, pois não foi eficaz a tempo, posto que a vida humana é o bem maior que o Direito visa garantir.

Quanto ao valor probatório da Colaboração Premiada reza o art. 4, §16 da Lei 12.850/13, que: “Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”. A confissão funciona como prova de corroboração, ou seja, não basta a tese do colaborador para que o juiz prolate a sentença, sendo preciso haver um conjunto probatório consistente para o que foi dito ser tido como verdade real.

3.6 A LEI Nº 9.807/99 QUE TRATA DA PROTEÇÃO AOS RÉUS COLABORADORES

A Lei nº 9.807/99, conhecida também pela denominação “Lei de Proteção às Testemunhas e Vítimas de Crimes” é de grande relevância para a elucidação dos fatos ilícitos, visto que esta possui um amplo grau de contribuição no tocante à obtenção de informações privilegiadas, por conferir aos colaboradores uma tutela diferenciada através da criação de um sistema nacional de proteção.

Trata-se de um recurso adotado pelo Estado para o combate ao crime, dando enfoque ao crime organizado, ensejando assim na redução da violência, criminalidade e impunidade. Já que por muitas vezes os envolvidos são temerosos quanto à publicidade da confissão, em razão de sua hipossuficiência. A lei em questão garante proteção contra coações eventuais, ameaças ou agressões físicas.

No art. 13, reza que o juiz poderá conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que tenha colaborado voluntariamente com a investigação e com processo criminal, de ofício ou a requerimento das partes, considerando a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso, desde que essa colaboração tenha resultados: “I – a identificação dos demais coautores ou partícipe da ação criminosa; II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada; III – a recuperação total ou parcial do produto do crime”.

De Lima (2014, p. 521), alerta que mesmo a lei referindo-se ao “acusado”, entende-se que esse dispositivo também vale aos indiciados. Quanto a aplicação do art. 13, tece o seguinte comentário:

Discute-se na doutrina se a aplicação do preceito do art. 13 da Lei nº 9.807/99 está subordinada à presença cumulativa de todos os requisitos nele elencados (identificação dos demais coautores, localização da vítima com sua integridade física preservada, e recuperação total ou parcial do crime), hipótese em que a concessão do benefício ficaria restrita apenas ao delito de extorsão mediante sequestro cometido em concurso de agentes cujo preço do resgate tenha sido pago, porquanto seria o único crime em que os três objetivos poderiam ser atingidos simultaneamente, ou se as condições devem ser aferidas alternativamente, de modo a se possibilitar a abrangência de todos os tipos penais.

A nosso ver, não se pode sustentar que a aplicação do art. 13 da Lei nº 9.807/99 esteja condicionada à presença cumulativa de seus três incisos, sob pena de se transformar uma lei genérica, aplicável em tese a qualquer crime, em uma lei cuja incidência da colaboração estaria restrita ao delito de extorsão mediante sequestro cometido em concurso de agentes cujo preço do resgate tenha sido pago. Portanto, há de prevalecer uma cumulatividade temperada, condicionada ao tipo penal, ou seja, é necessária a satisfação dos requisitos possíveis no mundo fático, quaisquer que sejam eles, de acordo com a natureza do delito praticado.

A lei trata da incumbência à União, aos Estados e ao Distrito Federal, do dever de celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não-governamentais, sendo que para cada caso deverá ser observado a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova. É requisito indispensável ao Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, o fato de o indivíduo sofrer o risco no caso concreto em razão de sua colaboração com as investigações ou no processo criminal, pois a lei em 9.807/99 menciona em seu art. 1º, a necessidade de existência de coação ou grave ameaça.

A proteção estatal poderá ser estendida aos cônjuges/companheiros, ascendentes, descendentes e dependentes do colaborador, desde que haja a convivência ou ligação direta com o beneficiado. Entretanto, não será concedida àqueles que cumprem pena ou estão sob algum tipo de prisão cautelar, pois estes já se encontram à luz da tutela estatal.

O colaborador que estiver submetido à prisão cautelar deverá ser resguardado em local diverso dos demais detentos, podendo o juiz outorgar medidas cautelares, zelando por sua efetiva proteção. Nos casos de penas a serem cumpridas em regime fechado, poderão ser concedidas medidas especiais com este intuito.

Ao ingressar no programa, o protegido deverá satisfazer às regras que lhe serão impostas pelo juízo. E as medidas e providências serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Para todos os efeitos, qualquer alteração no programa de proteção, como por exemplo, a inclusão ou exclusão de indivíduos, necessitará de parecer do Ministério Público e a autoridade policial ou juiz competente também deverá tomar ciência do feito.

3.7 A EFICÁCIA DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

A importância da Colaboração Premiada no combate às Organizações Criminosas se dá em razão dos índices de corrupção no cenário brasileiro. Em uma reportagem publicada pelo Portal G1 (2015, *online*), mencionando um estudo realizado pela Organização Transparência Internacional no final do ano de 2014, revelou que: “o Brasil é o 69º colocado em ranking sobre a percepção de corrupção no mundo, que analisa 175 países e territórios”.

Esse demonstrativo representa o alto grau de corrupção no cenário nacional, conforme comenta Lyra (2015, s.p.): “buscar as causas da corrupção contemporânea no Brasil através do período colonial, como é feito constantemente, é um exercício perigoso, que tende a levar a grande equívocos”.

A busca pela origem da corrupção não se mostra relevante ao estudo, visto que no cotidiano brasileiro é possível observar como comum, aceitável por muitos, diversas práticas tidas como inocentes, exemplo os atos de furar filas, utilizar carteirinha de estudante para pagar menos no cinema e tantas outras. Conhecidas como corrupção privada, estão interligadas com a corrupção pública, ou seja, no país, o alto índice de corrupção pública existe em razão do alto índice de corrupção privada.

Chaves (2013, p. 234-235), ressalta a preocupação mundial em combater as corrupções na esfera pública ou privada:

Em janeiro de 1999, foi celebrada, em Estrasburgo, a Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, que regula a corrupção privada em seus artigos 7º e 8º, tendo entrado em vigor em julho de 2002. Não se pode deixar de mencionar também a Ação Comum da União Europeia, de dezembro de 1998, “cujo objeto específico e exclusivo”, conforme aponta Foffani, “é a corrupção no âmbito privado”. Mais recentemente, há a Decisão Marco do Conselho da União Europeia, de julho de 2003, que lança seu foco sobre a necessidade de criação de instrumentos jurídicos eficazes na repressão da corrupção privada, e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003, que contém, em seu artigo 21, a previsão do suborno no setor privado. Nessa esteira, também o projeto de harmonização do Direito Penal Econômico na União

Europeia, intitulado “Eurodelitos”, que prevê a tipificação de um delito de corrupção ativa e passiva no tráfico econômico.

Observa-se a preocupação da União Europeia em reprimir a corrupção nas esferas pública e privada. Porém, não ocorre o mesmo no Brasil, pois os únicos instrumentos de combate a corrupção no âmbito privado são as Leis 12.529, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, seguindo os princípios constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso de poder econômico e 9.279, de 1996, que regulamenta a Propriedade Industrial.

Quanto à eficácia dessas leis muito se questiona, embora a Lei 9.279/96, em seu art. 195, apresente um rol com mais de dez tipos penais e que constituem crimes, a eficácia prática dessas leis, na qualidade de instrumento repressivo, é muito questionada.

Sobre o crime de corrupção ativa, tratado no Código Penal Brasileiro, apresenta um preceito secundário que não atende aos anseios da coletividade e o caráter pedagógico da norma, pois a pena mínima do crime, previsto no art. 333 do Código Penal Brasileiro, é de 2 (dois) anos. Que geralmente é substituída pela pena de Restritiva de Direito ou pelo regime de cumprimento de pena aberto. Com isso, passa-se à sociedade e aos próprios transgressores de que não há uma visão clara da finalidade da norma, como aperfeiçoamento das instituições.

Assim, a solução no combate às Organizações Criminosas não deve se restringir à Colaboração Premiada, mas também outras medidas claras que tornem os crimes de corrupção e as práticas conexas, uma ofensa aos princípios maiores do próprio estado, mesmo que não consiga atingir o patamar das ditas “sociedade avançadas” que entendem que a corrupção é um crime com natureza própria de *lesa pátria*, a colaboração premiada possibilitará a obtenção de frutos nesta jornada longa, porém, necessária ao primeiros passos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho monográfico tratou de apresentar a Colaboração Premiada como mecanismo eficaz no combate às Organizações Criminosas, buscando demonstrar sua eficiência na desestruturação das organizações criminosas e diminuindo a sensação de impunidade de seus integrantes.

Com isso, foram analisados alguns aspectos específicos do crime organizado, como a sua definição, origem, principais características e suas consequências. Sendo analisadas algumas das maiores organizações criminosas que atuam dentro e fora do Brasil, verificando o acompanhamento por parte dos *entes* públicos, no que se refere à evolução legislativa desde as primeiras iniciativas no caminho dos institutos e instrumentos de combate às práticas criminosas, especialmente preconizados pela lei 12.694/12, mostrando as inovações da Lei 12.850/2013, com enfoque na colaboração premiada.

O último capítulo foi dedicado ao Instituto da Colaboração Premiada, sendo possível observar no estudo da sua origem, que o ato de delatar os comparsas é uma prática antiga. Quanto à definição da palavra Colaboração, foi demonstrado que o legislador optou pela palavra “colaboração”, no lugar de “delação”, em virtude do sentido mais abrangente da expressão, não se limitando a delação dos comparsas.

Também, como forma de melhor aclarar o instituto, foi estudado a Colaboração Premiada na visão de alguns autores que a denominam como “extorsão premiada”, segundo esta a visão o estado quando opta por estes instrumentos, passa ser um incentivador de condutas antiéticas implantadas pela sociedade. Quanto a este entendimento, com fim único de ser didático, foram demonstradas as vertentes, entendendo como prevalente a orientação de que não se pode falar em ética e moral com relação a aqueles que agem contra a coletividade, pelos inegáveis fundamentos

de que a própria existência do estado democrático apenas se justifica com a garantia dos interesses da coletividade politicamente organizada.

De uma forma geral abordou-se o funcionamento da Colaboração Premiada, com fulcro na Lei 12.850/2013, sob os aspectos: quanto a voluntariedade do agente colaborador, os prêmios que o colaborador pode obter em razão de seu auxílio prestado à justiça e o valor probatório da Colaboração Premiada, pois, nos termos do art. 4º, §16 da Lei 12.850/2013: “Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”. Com isso, nenhuma investigação será concluída apenas com a versão do colaborador.

Sendo demonstrado de forma objetiva os direitos dos Colaboradores, dos quais: “I – Usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica;”. Dentre elas, a possibilidade de alteração do nome e prenome do agente colaborador e a prioridade na tramitação do inquérito ou do processo criminal. Dando ênfase a Lei nº 9.807/99, a qual é referida no art. 5º, I, da Lei nº 12.850/13 como “legislação específica”. Esta lei trata sobre a proteção as vítimas, testemunhas e colaboradores que estejam sofrendo algum tipo de coação ou grave ameaça em razão de terem colaborado com a investigação ou com algum processo criminal.

Também foi realizado um estudo quanto a eficácia da Colaboração Premiada no combate ao crime organizado, sendo demonstrado que o legislador, ao elaborar o instituto da Colaboração Premiada, focou em diminuir a criminalidade, desestruturando as organizações criminosas, premiando aqueles que colaboram com a justiça, embora existam em matéria de criminalidade organizada problemas estruturais, inclusive os ligados a fatores históricos e que por vezes, até se questiona o conceito de nação soberana, como abordado no decorrer do trabalho, tem se que o instituto em tela como um meio eficaz no combate a criminalidade.

O Instituto da Colaboração Premiada tem se mostrado necessário ao combate das Organizações Criminosas no Brasil, tendo em vista os índices de corrupção no país e o código de silêncio que impera nesse meio criminoso. O instituto em foco deve ser incentivado tendo em vista algumas características próprias das organizações criminosas, que exige uma nova visão sobre meios de prova, contudo, os atos dos agentes públicos devem também ser controlados. Embora se tenha conhecimento da natureza pública do processo penal brasileiro, os excessos e preciosismos de alguns devem ser devidamente corrigidos, sob pena de violação ao sentido maior da norma, pois a igualdade das partes no processo, em um estado democrático deve ser

entendido como dogma, muitos se questionam, especialmente entre as pessoas de médio discernimento, permitir que pessoas sabidamente transgressores, que em tese teriam penas centenárias a cumprir, em nome de interesses ditos “maiores”, recebam benefícios processuais pessoais e a familiares, devem receber o devido regramento e rigoroso controle por parte de toda a sociedade, sob pena de inverter o espírito da norma penal e fragmentar ainda mais o sistema, embora seja importante avançar na responsabilização e buscar os passivos financeiros desviados pelas organizações criminosas, a segurança jurídica e demais princípios constitucionais devem ser garantidos a todos, mesmo que se tenha que buscar a tutela perante os tribunais superiores da república.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. **Comando vermelho**: a história do crime organizado. 1. ed., São Paulo: Best Seller, 2010.

ANJOS, José Haroldo dos. **As raízes do Crime Organizado**. Florianópolis: IBRADD, 2002.

ARAS, Vladimir. **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal**. Organizadora: Carla Veríssimo de Carli. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

ARAÚJO, Fellipe. Camorra. **Info Escola**. Disponível em <<http://www.infoescola.com/sociedade/camorra/>> Acesso 03 maio.2015.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BENGOCHEA, Jorge. **Principais Facções Criminosas do Brasil**. 30 de maio de 2013. Disponível em <<http://faccoesmafiosas.blogspot.com.br/2013/05/principais-faccoes-criminosas-do-brasil.html>> Acesso em 09 jun.2015.

BENOIT, Hector. O PCC e as contradições de São Paulo e do Brasil. **World Socialist Web Site**. Disponível em < <https://www.wsws.org/pt/2006/may2006/port-m18.shtml>> Acesso em 08 jun.2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, parte especial**. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, v. 3.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções criminosas: o caso do PCC - Primeiro Comando da Capital. **Portal Jusnavigandi**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/33754/faccoes-criminosas#ixzz3cW3V3FDs>> Acesso em 08 jun.2015.

BOLDT, Raphael apud FILHO, Agnaldo Simões Moreira. Delação Premiada – breves considerações. Estudo crítico acerca da delação premiada e sua aplicação no direito brasileiro. **Direito Net**. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/39/02/3902/>> Acesso em: 01 jun.2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm> Acesso em: 16 jun.2015

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 16 jun.2015.

_____. **Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm> Acesso em: 16 jun.2015.

_____. **Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.** Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm> Acesso em: 16 jun.2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 96.007, do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 10 nov. 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3390584>> Acesso em: 05 maio.2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 99.736, do Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 10 mar 2008. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/27994975/pg-4257-superior-tribunal-de-justica-stj-de-29-06-2011>> Acesso em: 16 jun.2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 77.771, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, Brasília, DF, 30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/782128/habeas-corpus-hc-77771-sp-2007-0041879-9/inteiro-teor-12779919>> Acesso em: 21 mai.2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 90.962, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, Brasília DF, 19 de maio de 2011. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21110738/habeas-corpus-hc-90962-sp-2007-0221730-9-stj/inteiro-teor-21110739>> Acesso em: 17 jun.2015.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal – Legislação Penal Especial**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Natália Oliveira. **A delação premiada no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2009.

Caso Sudam – resumo. **Corrupteca**. Disponível em: <http://nupps.usp.br/corrupteca/?post_type=case&p=243> Acesso em: 14 nov.2014.

CHAVES, Anna Cecília Santos. A corrupção privada no Brasil. **Revista Jurídica ESMP**. Disponível em: <http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/download/154/62> Acesso em 16 jun.2015.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado: Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013**. 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2014.

CUNHA, Rogério Sanches Cunha. Lei 12.694/12: breves comentários. **Portal Jus Brasil**. Disponível em <<http://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/121814961/lei-12694-12-breves-comentarios>> Acesso em 20 maio.2015.

DE LIMA, Renato Brasileiro. **Legislação criminal especial comentada**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

DE OLIVEIRA, Paulo César. **O crime organizado no Brasil**. 54. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Anicuns/GO, Outubro de 2005.

GOMES, Luiz Flávio. Crime organizado: que se entende por isso depois da Lei nº 10.217/01? (Apontamentos sobre a perda de eficácia de grande parte da Lei 9.034/95). **Portal Jusnavigandi**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/2919/crime-organizado-que-se-entende-por-isso-depois-da-lei-n-10-217-01#ixzz3Y9xvytNg>> Acesso em: 16 abr.2015.

GOMES, Luiz Flávio. Definição de crime organizado e a Convenção de Palermo. **Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes**. Disponível em <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20090504104529281>. Acesso em 20 maio.2015.

HORTA, Maurício. Máfia: Don Corleone morreu. O crime organizado dos chefões não existe mais. Ele agora funciona como as grandes empresas: é globalizado, comandado por acionistas e, mais do que nunca, presente na sua vida. **Super Interessante**. Disponível em <<http://super.abril.com.br/cultura/mafia-616475.shtml>> Acesso, 28 abr.2015.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. 23. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

JOZINO, Josmar. Documentos revelam a influência da Camorra na criação do PCC: Ensinamentos sobre o grupo mafioso napolitano foram passados por dois irmãos italianos em prisão de Taubaté. **Portal Estadão de São Paulo**. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,documentos-revelam-a-influencia-da-camorra-na-criacao-do-pccheadline,312606>> Acesso em 05 jun.2015.

LYRA, Nicholas. Hong Kong vira exemplo ao Brasil para enfrentar a corrupção: Procurador da Lava Jato entende que modelo de reação à corrupção pode estar no país asiático, que se destacou no combate ao uso privado do dinheiro público. 10 de abr 2015. **Portal Terra**. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/hong-kong-vira-exemplo-ao-brasil-para-enfrentar-a-corrupcao,ad7f85c3620ac410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso em 05 jun.2015.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. CAMORRA: guerra de secessão. Drogas, por dia Camorra movimenta 500 mil euros. Balanço de assassinatos em 2004: 128.

Instituto Brasileiro Giovanni Falcone (IBGF). Disponível em

<http://ibgf.org.br/index.php?data%5Bid_secao%5D=3&data%5Bid_materia%5D=284> Acesso em: 03 maio.2015.

MARCÃO, Renato Flávio. Delação Premiada. **Escritório On Line**, Brasília, 19 de outubro de 2005. Disponível em

<http://www.escriptorioonline.com/webnews/noticia.php?id_noticia=6624&> Acesso em: 11 nov.2014.

MICHAELIS: **dicionário escolar língua português**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2008. (dicionário Michaelis)

OLIVERIRA, Paulo Cesar de. **O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL. 2005. 54 páginas. Termo de Conclusão de Curso. Curso de Direito – Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Anicuns/GO**. Disponível em <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsbsites/upload/60/crime%20organizado%20no%20brasil.pdf>> Acesso em 08 jun.2015

PACHECO, **Rafael. Crime organizado**: medidas de controle e infiltração policial. (ano 2007), Curitiba: Juru, 2007.

PELLEGRINI, Angiolo; COSTA Jr, Paulo José da. **Criminalidade organizada**. São Paulo: ed. Jurídica Brasileira, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade Freevale, 2013.

RANKING de corrupção coloca Brasil em 69º lugar entre 175 países. **Portal G1**. São Paulo/SP, 03dez2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/ranking-de-corrupcao-coloca-brasil-em-69-lugar-entre-175-paises.html>> Acesso 17 jun.2015.

REIS, Deivison. A origem do jogo do bicho. **Portal Curiosomundo**. Disponível em <<http://curiosomundo.com.br/a-origem-do-jogo-do-bicho/>> Acesso em 08 jun.2015

TENÓRIO, Igor; DIAS LOPES, Inácio Carlos. **Crime Organizado**: O novo direito penal – até a Lei nº 9034/95. Brasília, DF: Consulex, 1995.

TERRA, Marina. Cartel mexicano, PCC e Comando Vermelho têm conexões com traficantes bolivianos, diz La Paz. **Portal Operamundi**. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/5090/conteudo+opera.shtml>> Acesso em 13 jun.2015.

ZAFFARONI. Eugenio Raul. **Crime organizado**: uma categoria frustrada. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro: Revan, ano 1, v. 1, 1996.

OBRAS CONSULTADAS

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas - Limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 9 ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**: 18. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Explicitação das Normas da ABNT**. 16 ed, Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2012.